

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL BACHARELADO**

**Tatiane Aparecida Martins Razera**

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA  
PERMANÊNCIA: RESGATANDO VINCULOS FAMILIARES E SOCIAIS**

Santa Maria, RS

2019

**Tatiane Aparecida Martins Razera**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharela em Serviço Social**.

Orientador: Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Santa Maria, RS  
2019

**Tatiane Aparecida Martins Razera**

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA  
PERMANÊNCIA: RESGATANDO VINCULOS FAMILIARES E SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social,  
da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de **Bacharela em  
Serviço Social**.

**Aprovado em 12 de dezembro de 2019:**

---

**Jairo da Luz Oliveira, Dr. (UFSM)**  
Presidente/Orientador

---

**Nadianna Rosa Marques, Ma. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2019

## DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho a minha família que sempre esteve ao meu lado e ao nosso Pai Maior, por me dar força e sabedoria para a realização do meu sonho em concluir o ensino superior e me tornar assistente social.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus e Nossa Senhora Aparecida, por me acompanharem em todas as etapas desta caminhada, com certeza esta força maior agiu, não permitindo que eu desistisse de acreditar nos meus sonhos e seguir com meus objetivos. A Minha Família que me acalentou nos momentos de preocupação, de cansaço, de dificuldades, em especial a minha filha Fernanda, que sempre me apoiou e foi compreensiva quando não pude lhe dar atenção, porque precisava estudar. Ao meu marido Rogerio, pelo apoio incondicional. A minha mãe, Marilene, que sempre torceu por mim e com certeza faz parte da realização deste sonho, a meu pai, Lorenzoni, que já não está mais entre nós fisicamente, que, junto a nossa mãe, nos dedicou amor e carinho, nos passou valores e ensinamentos para que, eu e minha irmã, nos tornássemos as pessoas que somos hoje. A minha irmã, Tatiele, que foi a maior responsável por hoje eu estar cursando ensino superior, pois foi ela quem me inscreveu no último vestibular da UFSM e sempre me impulsionou a voltar a estudar. A toda minha família, avó, tios, tias, primos e primas pelo incentivo e orações. Obrigada Família. Aos meus enteados Romulo e Bianca, que sempre torceram por mim, aos meus netos do coração, pelos quais tenho um carinho imenso, Gustavo, Luigi, Lorenzo, Lucca e Miguel que está chegando para nos dar ainda mais alegrias, "a vovó Tati ama vocês". A minha equipe de trabalho da Estratégia de Saúde da Família Santo Antônio, todas as famílias da comunidade que fazem parte da minha área de atuação, enquanto Agente Comunitária de Saúde, por colaborar, entender e me ajudar em todo esse percurso, aos colegas de aula, que estiveram comigo nesta caminhada, neste apoio mútuo para realização deste sonho, em especial aos meus queridos Darki, Igor, Cleci, Lauren, Juliano e Daniel. Aos meus amigos de perto e de longe, um carinho especial a minha amiga irmã Monica e sua família, as amigas Rosane, Tatiana, Gisele, e todos os amigos e amigas que conquistei em minha vida. Ao Lar Vila Itagiba, coordenação, funcionários, supervisora de campo, a assistente social Luciane Mativi pela parceria e acolhimento durante meu período de Estágio Curricular Obrigatório. Ao meu Orientador, Jairo da Luz, que me incentivou e orientou sobre este tema que lhe é tão caro, e que me oportunizou grande conhecimento a respeito deste assunto tão relevante em nossas vidas. As minhas orientadoras de

estágio, Fernanda Mangini e Caroline Goerck, e orientador professor Fabio Gaviraghi, por tudo que me instruíram nesta trajetória enquanto estagiária, saibam que são referências para mim. A Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Pública, que me proporcionou a balburdia do direito ao conhecimento. Aos professores do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Serviço Social da UFSM que contribuíram para a minha formação acadêmica, foi um grande privilégio ter sido ministrada por cada um. Aos funcionários da UFSM, em especial a secretaria do departamento que nos auxiliaram sempre que solicitado, Vagner, Thaesa, Julia, também aos bolsistas e estagiários, deixo a vocês o meu abraço e meu agradecimento. Aos Idosos do lar Itagiba, os atores principais deste trabalho, que me permitiram mergulhar em um universo ainda muito cercado de estigmas e desafios, que é o do Envelhecimento. Enfim, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a construção do que sou hoje, somando forças, fizeram de mim um ser melhor, para, através de todo conhecimento passado durante a graduação e as vivências, tanto no campo de estágio como em sala de aula, eu me torne uma profissional responsável, agindo conforme o Código de Ética Profissional, primando sempre pela justiça social e a dignidade humana. A todos vocês gratidão.

## RESUMO

### O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: RESGATANDO VINCULOS FAMILIARES E SOCIAIS

AUTORA: Tatiane Aparecida Martins Razera

ORIENTADOR: Jairo da Luz Oliveira

O presente trabalho vem para somar no que diz respeito a questão do envelhecimento no Brasil e no mundo, perpassando sob as leis de garantia de direitos dos idosos, o papel do Estado, da sociedade e da família, diante a esta população. Mesmo a Constituição de 1988, considerando a família como suporte para o cuidado e qualidade de vida dos idosos, as mudanças ocorridas com a evolução da sociedade, com o número de pessoas menor, a condições econômicas reduzidas, o despreparo em oferecer o mínimo de cuidado no ambiente familiar, se depara com poucas alternativas, levando a institucionalização dos idosos e com isso muitas vezes, ocorrendo o rompimento dos vínculos familiares e sociais. Também é realizado um estudo do que seria o envelhecimento com maior qualidade de vida através de debates que perpassam os estigmas, os desafios que abrangem o universo do envelhecer, a institucionalização em Instituições de Longa Permanência para Idosos e o trabalho do assistente social perante ao rompimento dos vínculos familiares e as estratégias adequadas diante a estas demandas. Assim fazendo uma revisão bibliográfica sobre o tema do envelhecimento humano e reflexões sobre as vivências oriundas do estágio em Serviço Social no Lar Vila Itagiba, com a produção e prática do projeto de intervenção de acordo com as demandas encontradas em relação ao rompimento dos vínculos familiares através da realização de um grupo reflexivo com as famílias e os idosos, o qual teve seu objetivo alcançado diante a adesão dos familiares e seus depoimentos referentes a encontro. Desta forma percebe-se a relevância do trabalho do assistente social nas Instituições de Longa Permanência para idosos, que através do sua competência técnico-operativa permite ter uma real dimensão das diversas possibilidades de sua intervenção, utilizando instrumentais como a entrevista, o acolhimento, a visita domiciliar e com isso, através de uma escuta qualificada busca estabelecer uma relação com o usuário com o objetivo de conhecer e intervir em sua realidade.

**Palavras-Chave:** Dignidade. Envelhecimento. Estado. Família. Vínculos. Sociedade. Institucionalização

## **ABSTRACT**

### **THE WORK OF SOCIAL SERVICE IN LONG PERMANENCE INSTITUTIONS: REVIVING FAMILY AND SOCIAL LINKS**

**AUTHORA:** Tatiane Aparecida Martins Razera  
**ADVISOR:** Jairo da Luz Oliveira

The present work comes to add with respect to the issue of aging in Brazil and in the world, passing through under the laws of guarantee of rights of the elderly, the role of the State, society and the family, before this population. Even the Constitution of 1988, considering the family as a support for the care and quality of life of the elderly, the changes occurred with the evolution of society, with the number of fewer people, reduced economic conditions, the unpreparedness in offering the minimum of care in the family environment, is faced with few alternatives, leading to the institutionalization of the elderly and with this many times, occurring the break of family and social ties. It is also carried out a study of what would be the aging with higher quality of life through debates that go through the stigma, the challenges that cover the universe of aging, the institutionalization in Institutions of Long Stay for the elderly and the work of the social worker before the breakdown of family ties and the appropriate strategies to meet these demands. Thus making a literature review on the theme of human aging and reflections on the experiences arising from the internship in Social Service at Lar Vila Itagiba, with the production and practice of the intervention project according to the demands found in relation to the breakdown of family ties through the realization of a reflective group with families and the elderly, which had its objective achieved before the adherence of family members and their testimonials regarding the meeting. In this way it is perceived the relevance of the work of the social worker in Long Stay Institutions for the elderly, which through its technical-operative competence allows having a real dimension of the various possibilities of its intervention, using instruments such as the interview, the welcome, the home visit and with this, through a qualified listening seeks to establish a relationship with the user in order to know and intervene in their reality.

**Key words:** Dignity. Aging. Status. Family. Links. Society. Institutionalization



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO HUMANO NA SOCIEDADE DO CAPITAL.....</b>	<b>13</b>
2.1 O ENVELHECIMENTO HUMANO E A QUESTÃO SOCIAL .....	18
2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENVELHECIMENTO.....	20
<b>2.2.1 As diferenças no envelhecer entre homens e mulheres .....</b>	<b>22</b>
2.3 A FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA EM TODAS AS FASES DA VIDA.....	24
<b>3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS – ILPIS .....</b>	<b>26</b>
<b>4 ANÁLISE INSTITUCIONAL: O RECONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL DO CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>29</b>
4.1 ANÁLISE INSTITUCIONAL DO LAR VILA ITAGIBA.....	33
<b>4.1.1 População atendida na instituição .....</b>	<b>37</b>
<b>4.1.2 Papel do assistente social na instituição .....</b>	<b>40</b>
<b>4.1.3 O trabalho em equipe multiprofissional e o trabalho em rede .....</b>	<b>43</b>
<b>5 VÍNCULOS FAMILIARES E SOCIAIS .....</b>	<b>46</b>
<b>6 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO RESGATE DOS VÍNCULOS FAMILIARES DOS IDOSOS DO LAR ITAGIBA.....</b>	<b>48</b>
6.1 RELATOS SOBRE A PRÁTICA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO .....	55
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional torna-se cada vez mais presente na sociedade brasileira e no mundo, sendo um processo progressivo e inevitável. Envelhecemos desde que somos concebidos, fazendo parte do processo de desenvolvimento do ser humano, podendo ser definido também, como um fenômeno complexo, marcado por um período de transformações biológicas, psicológicas e sociais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza o processo de envelhecer, como sendo um processo originalmente fisiológico, o qual tem início na fase da concepção e ocasiona diversas mudanças que são características ao homem durante o seu ciclo de vida, além, de considerar idoso aquele com 60 anos ou mais.

Segundo a legislação brasileira, as famílias devem ser as responsáveis pelo cuidado de seus familiares idosos (BRASIL,2003), no entanto, elas estão cada vez mais reduzidas com menor número de filhos, as necessidades específicas de cada família como a manutenção financeira e o despreparo para oferecer cuidado com o mínimo de qualidade aos idosos. De acordo com Küchemann (2012), cuidar ou ser cuidado constitui uma questão central na vida de todos, ou seja, em momentos diversos de nossas vidas, todos nós cuidamos ou necessitamos do cuidado de alguém.

No Brasil, a Constituição de 1988, a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2003) consideram que o suporte aos idosos é responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. Em relação as famílias, frente a todas estas mudanças, o número de pessoas disponíveis ao cuidado dos idosos, no âmbito domiciliar, tem se tornado cada vez menor, assim se deparando com poucas alternativas e com isso indo em busca por instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

As conhecidas instituições asilares, eram lugares que proporcionavam uma possibilidade para realizar o cuidado ao idoso, para aqueles que de algum modo, a família não poderia realizar. Já nos dias atuais, a proposta destas instituições mudou, porém ainda é muito comum, associar imagens negativas e cheias de preconceitos, quando se fala destes lugares, sendo visto ainda por muitos, como um “depósito” de idosos à espera do tempo de morrer. Esta imagem pode estar associada devido aos pensamentos da população brasileira de que os asilos estão relacionados diretamente com a pobreza, com a negligência e com o abandono, trazendo sentimentos

recorrentes de culpa e fracasso aos familiares que levam seus idosos para residir neste tipo de instituição.

Por este motivo, muitas vezes, as famílias somente buscam uma instituição para seus familiares como último recurso, quando se esgotam as suas possibilidades de cuidar (CAMARANO; BARBOSA, 2016). Apesar disso, deve-se considerar que este cuidado prestado ao idoso em uma ILPI, por mais significativo que seja, não substitui o cuidado prestado pela família, já que a funcionalidade familiar tem papel significativo na execução do trabalho dentro da instituição (SALCHER; PORTELLA; SCORTEGAGNA, 2015).

Dentro desta realidade, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) define as ILPIs, como espaços residenciais para moradia coletiva de pessoas com 60 anos ou mais, com ou sem suporte familiar e são regulamentadas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 283, de 26 de setembro de 2005, da ANVISA e devem atender a critérios mínimos para o seu funcionamento, para a prestação de serviços aos residentes, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos físico-estruturais e organizacionais. Elas podem ser governamentais ou não, devendo por meio dos serviços prestados, zelar pela liberdade, dignidade e cidadania dos seus residentes. Também deve ser levado em consideração o grau de dependência, capacidades de locomoção e autocuidado pelos internos. As ILPIs são caracterizadas como residências coletivas, onde oferecem cuidados 24 horas por dia para pessoas que requerem qualquer tipo de ajuda para as atividades da vida diária e têm as suas necessidades de saúde identificadas, não sendo definida como uma enfermaria, tendo ou não profissionais da área de saúde. São oferecidos cuidados de longa duração e/ou reabilitação com o objetivo de evitar internações hospitalares e facilitar altas, podendo oferecer ou não cuidados paliativos e terminais (CAMARANO; BARBOSA, 2016).

A proporção que se caracterizam como uma residência coletiva, atendem tanto idosos independentes em situação de carência de renda e/ou de família quanto àqueles com dificuldades para o desempenho de suas atividades, que necessitem de cuidados prolongados (LAMPERT; SCORTEGAGNA; GRZYBOVSKI, 2016). Com isso, para que o processo de trabalho seja qualificado nestes cenários, a equipe multiprofissional deve existir com o intuito de proporcionar um cuidado ampliado na busca de atender um conjunto de necessidades, assegurando ao idoso a atenção integral à sua saúde. Assim sendo, para atender as necessidades no que se refere à

demanda de cuidado e na qualidade dos serviços prestados, deve haver uma equipe multiprofissional capacitada que desenvolva atividades que vise a atenção integral em prol da promoção da qualidade de vida dos idosos (SALCHER; PORTELLA; SCORTEGAGNA, 2015).

A família, sendo o suporte para o cuidado e garantia na qualidade de vida de seus idosos, tem um papel de grande importância para que envelheçam com dignidade e tenham seus direitos assegurados e quando essas famílias não têm condições de cuidar dos idosos no ambiente familiar, vão em busca das instituições de longa permanência e com isso, muitas vezes, os vínculos podem ser rompidos, necessitando da ação do trabalho multiprofissional. Em que, a intervenção do Serviço Social dentro da instituição trabalha para que se dê continuidade dos vínculos, através de estratégias como encontros e conversas com os familiares para que esses idosos, mesmo institucionalizados não percam sua identidade no meio familiar e na sociedade.

Os vínculos formados pelas pessoas idosas ao longo da vida, seja pelo grupo familiar ou pelas amizades, propiciam a eles uma sensação de pertencimento, o que é fundamental para o envelhecimento com qualidade de vida e mesmo que sua adaptação na instituição seja delicada, autores como Lemos (2005) afirmam que o processo de integração do idoso à instituição pode ser amenizado consideravelmente se for mantida as relações com sua família e seus amigos.

Segundo Iamamoto e Diogo (2002), mesmo que as ILPIs não sejam estabelecimentos de saúde, oferecem serviços de promoção, proteção e reabilitação da saúde dos idosos, tendo em vista a melhor qualidade de vida dos seus residentes, onde a acolhida ao idoso com atenção, uma escuta sensível é fundamental, assim, valorizando a função de socialização entre os sujeitos e se encarrega de produzir “cuidados, afetividade, construção de identidades e de vínculos relacionais de pertencimento e ainda promove uma melhor qualidade de vida para o idoso” Carvalho (2003, p.15).

Remetendo ao Lar Vila Itagiba, Instituição de Longa Permanência para Idosos, a qual a acadêmica de Serviço Social da UFSM, foi inserida para a realização do estágio curricular obrigatório e de acordo com as demandas levantadas pela mesma junto a supervisora de campo, a assistente social da instituição, foi elaborado e executado um projeto de intervenção referente ao resgate dos vínculos familiares e sociais dos idosos institucionalizados. Projeto este, que será relatado neste trabalho

de conclusão do curso, identificando a análise institucional, o público alvo, a equipe multiprofissional, o trabalho em rede e a intervenção do Serviço Social diante as demandas do idosos residentes no local.

## **2 O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO HUMANO NA SOCIEDADE DO CAPITAL**

Envelhecer é um processo irreversível e inevitável a todos os seres vivos, que trazem em si, alterações fisiológicas como mudanças psíquicas, físicas e sociais, gerando impactos e consequências na vida de cada indivíduo que envelhece, refletindo em novas obrigações para o Estado, a família e a sociedade nesta nova etapa do ciclo de vida.

Segundo Oliveira,

Ao nascer o ser humano vivencia um processo acelerado de desenvolvimento físico, mental e social com capacidades múltiplas de criar e se desenvolver de forma criativa e com possibilidade de liberdade no trato de sua vida. Particularmente, o envelhecimento humano representa uma realidade inexorável do existir humano, representa mais uma etapa a ser vivida com toda sua intensidade e que também sofre uma interpretação conceitual cultural de valor a partir de seu tempo histórico. (Oliveira, 2011)

Ser velho na sociedade antiga era sinônimo de sabedoria, respeitado pela responsabilidade de transmitir seu conhecimento aos mais jovens, atingindo um certo grau de dignidade. Conforme Oliveira (2011), na atualidade, com a evolução da sociedade este processo de desenvolvimento humano vem sofrendo grandes mudanças, percebendo que, muitas vezes, os idosos de hoje, estão desprovidos de suas capacidades de produzir e reproduzir no trabalho, ficando a margem dessa sociedade do capital. Com a consolidação das indústrias e a sociedade tecnológica, tornou-se um ser descartável, devido esta realidade estar relacionada aos seus aspectos físicos, mentais e sociais, passando a viver em uma condição de abandono, tanto pela família, como pelo Estado e sociedade de modo geral.

As gerações mais jovens, muitas vezes veem os velhos como diferentes e não consideram como seres de direitos, havendo assim, a necessidade de um olhar mais sensível diante a esta população, investindo em políticas públicas que contemple essa fase de vida em suas necessidades biopsicossociais, tendo uma melhor compreensão sobre as mudanças vividas neste estágio de vida para que diminua as influências negativas e preconceitos sobre a terceira idade. Salvarezza (1988) afirma que:

O envelhecimento leva as gerações jovens a verem os velhos como diferentes e não considerá-los como seres humanos com iguais direitos e, o que é pior, não permitem a eles (jovens) identificar-se. O aumento da faixa populacional considerada idosa tem exigido das profissões, da sociedade e do poder público um novo e sensível olhar sob a forma de investimento em políticas sociais que contemplem o idoso e suas necessidades biopsicossociais (p. 24).

A preocupação com o envelhecimento vem sendo discutida, inicialmente, no campo da Gerontologia, segundo Alcântara (2004), ao se tratar do envelhecimento, usava-se o termo “velho”, com conotação negativa, apontando para uma etapa da vida caracterizada pela decadência e ausência de papel social, mas com o avançar dos estudos a respeito dessa questão e a necessidade de não ver essa população com o estereótipo negativo, o termo velho foi banido dos textos oficiais e passou-se a utilizar uma nomenclatura mais sutil, substituindo o termo pela categoria idoso (PEIXOTO, 1998).

Mesmo sendo um processo natural da vida, o acelerado crescimento da população acima de 60 anos, em relação a outras faixas etárias, tem se tornado um desafio para a sociedade e levando em consideração as dificuldades enfrentadas na atual conjuntura, nunca se pensou tanto em envelhecimento.

Mas o envelhecer da população não basta por si só, pois viver mais é importante desde que se consiga agregar qualidade aos anos a mais de vida, sendo que este fenômeno, ocorreu inicialmente em países desenvolvidos e mais recentemente é nos países em desenvolvimento que o envelhecimento da população tem ocorrido de forma mais abundante, conforme levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, o Brasil contava com 21 milhões de pessoas idosas, sendo que, de 1999 a 2009, a população idosa passou de 9,1% para 11,3%, em 2017 superou a marca de 30,2 milhões, mantendo a tendência de aumento do envelhecimento da população brasileira. Entre 2012 e 2017, a quantidade de idosos cresceu em todas as unidades da federação, sendo os estados com maior proporção de idosos o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, ambas com 18,6% de suas populações dentro do grupo de 60 anos ou mais. O Amapá, por sua vez, é o estado com menor percentual de idosos, com apenas 7,2% da população (PNAD, 2017).

Uma população é considerada envelhecida quando a proporção de idosos atinge o índice entre 10-12% do total dessa população com tendência ao aumento desse índice percentual Lima (1996) complementa essa informação afirmando que:

O envelhecimento nessas circunstâncias não mais se restringe a poucos indivíduos, estando a velhice cada vez mais presente na vida social. De tal modo que se constitui como alvo de interesses para diversas áreas do conhecimento e das políticas sociais (p. 3).

No Brasil, tem ocorrido mudanças na estrutura demográfica, e isto se dá devido ao aumento da expectativa de vida da população. Na legislação vigente brasileira, conforme a Lei 10.741, de 01/10/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, a pessoa idosa é aquela com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, concordando com a Organização Mundial da Saúde - OMS.

Em 1994, foi aprovada a Lei nº 8842, sobre a Política Nacional do Idoso que prioriza o convívio em família em detrimento do atendimento asilar, e definiu como pessoa idosa aquela maior de 60 anos de idade e sofreu influência das discussões nacionais e internacionais sobre a questão do envelhecimento, evidenciando não só o idoso como um sujeito de direitos, mas preconizando o atendimento de maneira diferenciada em suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas.

Conforme o envelhecimento ocorre, também é possível notar que existe o aumento de doenças crônicas, apesar de muitas vezes, não ser declarado que tem algum tipo de doença, trazendo à tona os preconceitos que privilegiam os jovens e consideram o idoso um “peso social”. A partir disso sendo necessário encontrar meios para incorporar esses idosos na sociedade, mudando conceitos já enraizados buscando de forma justa e democrática a equidade no acompanhamento dessa população como na distribuição de serviços e cuidados básicos de saúde por exemplo.

A Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), criada através da Portaria nº 1395/1999, do Ministério da Saúde (MS), visa à promoção do envelhecimento saudável, à prevenção de doenças, à recuperação da saúde, à preservação/melhoria/reabilitação da capacidade funcional dos idosos com a finalidade de assegurar-lhes sua permanência no meio e sociedade em que vivem, desempenhando suas atividades de maneira independente. Nesta política estão definidas as diretrizes norteadoras de todas as ações no setor saúde, e indicadas as responsabilidades institucionais para o alcance da proposta. Além disso, ela orienta o processo contínuo de avaliação que deve acompanhar seu desenvolvimento, considerando possíveis ajustes determinados pela prática.

Na PNSI foram definidas várias diretrizes ainda bem atuais, com ênfase na promoção do envelhecimento saudável voltado ao desenvolvimento de ações que

orientem a melhoria de suas habilidades funcionais, mediante a adoção precoce de hábitos saudáveis de vida, a eliminação de comportamentos nocivos à saúde, além de orientação aos idosos e seus familiares quanto aos riscos ambientais favoráveis a quedas. Também menciona a importância da manutenção da capacidade funcional com vistas à prevenção de perdas funcionais, reforço de ações dirigidas para a detecção precoce de enfermidades não transmissíveis, com a introdução de novas medidas, como antecipação de danos sensoriais, utilização de protocolos para situações de risco de quedas, alteração de humor e perdas cognitivas, prevenção de perdas dentárias, prevenção de deficiências nutricionais, avaliação das capacidades e perdas funcionais no ambiente domiciliar e prevenção do isolamento social.

Esta temática do envelhecimento inclui também analisar aspectos culturais, políticos e econômicos relativos a valores e preconceitos que permeiam a história da sociedade, sendo um processo vitalício em que os padrões de vida que promovem o envelhecer com saúde são formados no princípio da vida, porém, vale destacar que fatores sócio culturais definem o olhar que a sociedade tem sobre os idosos e o tipo de relação que ela estabelece com esse segmento populacional.

Com isso torna-se evidente a necessidade de cuidados especializados às pessoas idosas, os quais podem ocorrer em diferentes espaços como, por exemplo, na própria família ou em Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIS, que muitas vezes se tornam alternativas para os familiares, quando a tarefa de cuidar se torna cada vez mais difícil, embora a legislação brasileira estabeleça que o cuidado dos membros dependentes deve ser responsabilidade das famílias, este se torna cada vez mais escasso, em função da redução da fecundidade, da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, que antes era tida como a tradicional cuidadora, passando a requerer que o Estado e o mercado privado dividam com a família as responsabilidades no cuidado com a população idosa.

No Brasil, a Instituição de Longa Permanência para Idosos tem sua origem ligada aos asilos, inicialmente dirigidas à população carente que necessitava de abrigo, a partir da caridade cristã diante da ausência de políticas públicas, em que a carência financeira e a falta de moradia eram os motivos mais importantes para a busca dessas instituições, bem como o fato de a maioria das instituições brasileiras ser filantrópica (65,2%), o preconceito existente com relação a essa modalidade de atendimento e o fato de as políticas voltadas para essa demanda estar localizadas na assistência social.



O envelhecimento da população e o aumento da sobrevivência de pessoas com redução da capacidade física, cognitiva e mental passaram a requerer que os asilos deixassem de fazer parte apenas da rede de assistência social e integrassem a rede de assistência à saúde, ou seja, passando a oferecer algo mais que um abrigo. Para tentar expressar a nova função dessas instituições, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia sugeriu a adoção da denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), toda via na literatura e na legislação, encontram-se referências indiscriminadamente a ILPIs, como, casas de repouso, clínicas geriátricas, abrigos e asilos. (CAMARANO,2010)

Para a Anvisa, ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

Existe uma associação das ILPIs com as instituições de saúde, devido o cuidado que seus residentes necessitam, pelo fato de muitos já não ter uma boa cognição física e motora e apesar dos idosos institucionalizados receberem atendimento médico e medicamentos, além de moradia, alimentação e vestuário. Os serviços médicos e de fisioterapia são os mais frequentes nas instituições brasileiras que atentam a promover algum grau de integração entre os idosos e ajudá-los a exercer um papel social.

Assim, entende-se ILPI como uma residência coletiva, que atende tanto idosos independentes em situação de carência de renda e/ou de família quanto aqueles com dificuldades para o desempenho das atividades diárias, que necessitam de cuidados prolongados. Sendo instituições que apresentam normas, rotinas e regras que geralmente padronizam o atendimento dos seus residentes, indo ao encontro do conceito de “instituições totais” utilizada por Goffman (2015. p. 11), definida como “um local de residência e trabalho em que grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por determinado período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”.

Existe a semelhança entre ILPI e o conceito de instituição total pois seus residentes muitas vezes encontra-se em uma mesma condição de vida, não contando com apoio familiar ou por não possuírem uma família com estrutura adequada para que permaneçam em seu lar. Conforme cita o autor, entende-se que, por mais que as ILPIs ofereçam cuidados especializados, continuam sendo um espaço de vida com

regras e normas a serem seguidas e muitas vezes deixam de caracterizar um espaço de realização da vida privada.

Nestas instituições, o cuidado e, por conseguinte, a figura do cuidador tem se tornado mais frequente, havendo, assim, a necessidade de se dar orientações sobre o modo de cuidar das pessoas idosas. A Classificação Brasileira de Ocupação – COB, código 5262, define o cuidador como alguém que cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida.

Para cuidar de pessoas idosas, espera-se que haja alguém capaz de desenvolver ações de ajuda para os que não podem mais fazer certas atividades por si só; essa pessoa assume a responsabilidade de dar apoio para satisfazer às necessidades dos idosos, visando à melhoria das condições de vida dos mesmos. Segundo Alcântara (2004), mesmo havendo tais instituições que oferecem os cuidados aos idosos, espera-se que os filhos adultos cuidem de seus pais quando estes não tiverem mais autonomia para isso. Por, quando os filhos ou outros familiares também não podem mais realizar esta tarefa de cuidar/amparar, a Instituição de Longa Permanência se torna algo viável para a realização deste cuidado.

## 2.1 O ENVELHECIMENTO HUMANO E A QUESTÃO SOCIAL

A expressão Questão Social, como destaca Netto (2001), não é semanticamente unívoca, ou seja, existem diferentes compreensões e atribuições referentes a essa questão. Na sociedade capitalista, a questão social não se distancia do sistema de exploração capitalista, da expropriação dos meios de produção, mas está diretamente implicada no tempo de vida do trabalhador, de suas necessidades pois o metabolismo do capital necessita se expandir, gerando a pobreza, miséria e as diferentes formas de desigualdades sociais.

Portanto a questão social está relacionada ao empobrecimento, alienação e muitas vezes desumanização das funções do trabalho, em diferentes estágios do modo de produção capitalista. Ao abordar a questão do envelhecimento do trabalhador, esta, se apresenta implicada nas várias expressões da questão social,

exigindo novos desafios a ser enfrentados pela população idosa, na relação capital trabalho.

Envelhecer, na sociedade do capital perpassa por dificuldades e preocupações em relação aos cuidados necessários a esta população, como por exemplo, o acesso aos direitos previstos na constituição de 1988 e também no Estatuto do Idoso de 2003.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Para garantia desses direitos é necessário estabelecer aos idosos uma melhor qualidade de vida, a princípio, através da família e do Estado que tem papel fundamental de suporte para a garantia desses direitos. Neste processo, existem representações do conjunto de realizações positivas e ou negativas, construídas ao longo de um processo individual, um conjunto de vivências surgidas durante os períodos precedentes da existência de cada um (OLIVEIRA, 2011).

Contudo, o envelhecimento perpassa por diversos fatores de desenvolvimento do país, estruturais e conjunturais, fatores pessoais, modo de vida, criando diferenças de padrão no processo de se tornar idoso, além de, como irão envelhecer.

A velhice, como questão social, surgiu com as sociedades modernas e industrializadas, segundo Caldeira (1978), o idoso é exposto a uma série de condicionantes sociais, na medida em que se confronta com sentimentos de inutilidade, de esvaziamento, de marginalização e de morte social. Nesse percurso, a família assume um significado particular, onde o idoso se identifica e senti como parte importante no núcleo familiar, sentindo-se assim, respeitado, querido, integrado e útil, não perdendo a sua autoconfiança. E por outro lado, pode sentir-se marginalizado, indesejado pela família e a funcionar como um peso, vivendo uma etapa penalizante e favorecedora de todos os sentimentos negativos.

Entretanto, se reconhece que o envelhecimento não é vivido da mesma forma por todos os indivíduos, perpassando por fatores como classe social, gênero, trabalho, além de que poderão se somar com as questões motoras relacionadas ao campo da genética, condições emocionais, modo de vida, criando tais distinções na forma em que se envelhece nos diferentes segmentos e classes sociais, principalmente o trabalhador que se torna idoso e rebate em sua vida particular a ampliação e a reprodução das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador

como uma das expressões da questão social na sociedade capitalista (TEIXEIRA, 2008).

Desse modo a questão social é a expressão do conflito entre capital e trabalho que ocasiona desigualdades socialmente produzidas que incide no sujeito e apresenta-se nos movimentos de resistência à visualização de suas expressões na sociedade. Na perspectiva do capital, o idoso representa o trabalhador que já se tornou improdutivo, devendo dar lugar às novas gerações de trabalhadores, com conhecimentos atualizados e com maior disposição para o trabalho. Como já dizia Karl Marx (1983), o capital não se preocupa com o tempo de duração da força de trabalho, uma vez que seu exército industrial de reserva, sempre será numericamente abundante, com isso, o idoso deve ser retirado do mercado de trabalho, sendo que a aposentadoria, de certa forma, assume o significado de retirada ou saída e isso se torna claro pelas suas designações em outros idiomas, como o inglês (*retired*) e o francês (*retrait*).

O envelhecimento do trabalhador está determinado pelas condições de existência historicamente postas pelo modo de produção capitalista aos trabalhadores, em função da expropriação dos meios de produção e da redução destes à mera força de trabalho, utilizada para fins da valorização do capital, de produção de riquezas e não de satisfação as necessidades do produtor (TEIXEIRA,2008).

Sendo assim, entende-se que envelhecer em uma sociedade capitalista carrega em si, todas as consequências de uma vida voltada à capacidade de consumo e de produção, marcada por profundas desigualdades sociais.

## 2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENVELHECIMENTO

Para falar sobre as relações de gênero e o envelhecimento é necessário destacar alguns conceitos prévios sobre sexo, sexualidade e gênero, que geralmente são usadas como sinônimo de forma equivocada. Segundo Bourdieu (2003), sexo é definido através de suas características biológicas diferentes, ou seja, quando um bebê nasce seu sexo é distinguido pelos pais como menino ou menina, configurando assim, as características físicas do indivíduo.

A sexualidade é definida através do desejo, atração, já a orientação sexual, como hetero, homo, bissexuais entre outros. O gênero, seguindo a linha do autor, se refere as relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel de um e outro a partir das diferenças sexuais, vindos da cultura onde cada sujeito foi criado e como se organiza a vida familiar de cada povo.

Quando se discute gênero, não pode deixar de se considerar alguns significados, cujas definições resultam, em grande parte, da realidade social na qual o idoso está inserido, pois existem modificações biológicas, psicológicas e sociais no decorrer da vida dos sujeitos tanto do sexo masculino como feminino.

Autores como Simone Beauvoir, que em seu livro “A Velhice”, descreve que a condição de vida do idoso em diferentes culturas, como categoria social, nunca interveio no percurso da história e quando esse idoso perde sua capacidade de produção, torna-se apenas um objeto sem utilidade transformando-se muitas vezes, em encargo para os mais jovens (BEAUVOIR,1990).

Beuvoir (1990), ainda comenta que em alguns marcos históricos acerca das sociedades primitivas em que a situação do idoso era incerta, confusa e muitas vezes, contraditória, já na sociedade contemporânea, quando representada historicamente, ainda é dominada por homens, mas a sua condição se altera, conforme o momento do ciclo de sua vida.

Referindo-se a gênero, a aposentadoria também torna-se, muitas vezes um momento decisivo e pontual na trajetória de vida dos homens, marcando uma nova etapa da vida. A perda da capacidade produtiva e a saída do mercado de trabalho constituem limites significativos na vida do cidadão, apontando para um futuro incerto e diferente segundo a condição econômica, social e o gênero (ANTUNES, 2014).

A partir disso percebe-se que a chegada da aposentadoria não significa apenas estar fora do mundo do trabalho por direito adquirido ao longo de sua vida, implicando em um processo de isolamento social, podendo assim, gerar atritos no meio em que esse idoso vive e vai residir futuramente, seja no ambiente familiar ou instituições de apoio e suporte, como as Instituições de Longa Permanência para Idosos. Logo, identifica-se a necessidade da questão do envelhecimento ser tratado com todos os membros da família e também com os possíveis cuidadores, sejam eles, formais ou informais, mostrando os aspectos mais realistas desta fase, levando sempre em consideração os aspectos biológicos, psicológicos e sociais (BEAUVOIR,1990).

### **2.2.1 As diferenças no envelhecer entre homens e mulheres**

Alguns estudos críticos apontam que as particularidades das mulheres idosas e de meia idade eram invisíveis (Goldani, 1999), chamando a atenção para as diferenças entre homens e mulheres e as desvantagens cumulativas em relação ao sexo feminino.

Estudos apontam os impactos diferenciadores das vivências de gênero sobre a geração mais velha, que:

experimentou, por maior espaço temporal, relações de poder e também naturalizou, mais intensamente, noções sobre papéis masculino/feminino calcadas num modelo tradicional de relações de gênero, em que havia o exercício da autoridade dos homens sobre as mulheres e os filhos no seio das famílias, ou seja, vivenciou uma assimetria relacional, o que pode influenciar, também de modo diferencial, o modo do idoso perceber e vivenciar a sua velhice, conforme a marca do seu gênero (FERNANDES, 2009, p. 706).

Para alguns autores a falta de reconhecimento das relações sociais de gênero como característica fundamental da hierarquia social, tem se tornado uma barreira à equidade entre homens e mulheres, principalmente na velhice (Snyder e Wong, 2007; CEDAW, 2010). Sendo que, mulheres e homens, passam por níveis de bemestar resultantes das diferentes trajetórias de vida, determinadas pelo contexto social, económico e institucional que as/os rodeia. Desta forma, homens e mulheres, quando chegam a velhice, encontram estados de vulnerabilidade de acordo com os seus papéis sociais, culturais e o nível de proteção institucional que a sociedade lhes proporciona (Figueiredo *et al.*, 2007).

As mulheres, a princípio, no que diz respeito a mortalidade, vivem mais que os homens, mas não significa que tenham uma saúde melhor, pois essas diferenças muitas vezes, são pelo fato da mulher ter um cuidado maior com sua saúde, indo ao médico fazer exames preventivos, procurando por serviços de promoção a saúde. Devido ao seu papel reprodutivo e à pressão associada ao seu papel de cuidadora, colocam-se numa plataforma epidemiológica diferente dos homens, segundo autores apontam que sua tradicional condição de cuidadora, primeiro das crianças, depois dos/as progenitores/as e muitas vezes dos maridos, favorece uma relação estreita com os serviços de saúde (Snyder e Wong, 2007). Sendo assim, essas são algumas das razões das mulheres serem as mais afetadas pelas políticas de proteção social,

saúde e de terceira idade, porém, sabe-se que o impacto das desigualdades de gênero ao longo da vida é intensificado na velhice, sendo elas, as mais prejudicadas pela pobreza.

A desigualdade e discriminação de gênero no emprego durante toda a vida acaba ocasionando grande impacto na idade avançada, pois passam a receber pensões mais baixas também (57% da pensão média dos homens, em 2011) (CIG, 2010), em que, a preconceção de gênero pode ter impactos negativos em todas as áreas da vida das mulheres idosas, seja nos papéis de cuidadoras na família, seu papel na comunidade, na sua representação nos meios de comunicação, nas atitudes das entidades empregadoras, de trabalhadores/as de saúde e outros/as prestadores/as de serviços que podem resultar em violência e abuso psicológico, verbal e financeiro (CEDAW, 2010).

Estudos das representações sociais sobre o envelhecer no masculino e no feminino, no contexto institucional, marcam por vezes as imagens representacionais de forma negativa, onde se destaca, a dependência como traço comum de igualdade entre idoso e idosa, explorando diferenças na estereotipia de gênero associada ao estereótipo da idade. A dependência se impõe como uma marca de identidade destas pessoas, ou seja, os homens que deixaram a idade ativa, e seu próprio suprimento de recursos, e as mulheres ligadas ao cuidado de terceiras pessoas, passando assim, a depender dos cuidados institucionalizados, em que a prevalência desta ideia será como uma marca da ideologia da fragilidade física e da dependência econômica das pessoas idosas, como refere Calasanti (2009).

Porém, e não obstante este poderoso efeito homogeneizador da institucionalização sobre as representações, foi possível constatar a força da estereotipia de gênero, onde se constata que o envelhecer no masculino não é igual no feminino, visto que o envelhecimento no masculino ancora tanto na dependência como na experiência, existindo alguns atributos relacionados com a perda de funcionalidade e de autonomia, dominantes na estereotipia associada ao masculino (Amâncio, 1998) e com uma identidade social ligada à maturidade e acumulação de competências; o positivo e o negativo emergindo a partir de evocações modais. Já o envelhecer feminino, a ideia de dependência não emerge com evocação modal em que, os aspetos negativos realçados remetem para perdas em dimensões que são mais valorizados no feminino, como beleza física ou ideal estético e o domínio nas relações familiares.

### 2.3 A FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA EM TODAS AS FASES DA VIDA

Em todas as fases da vida, a família possui fundamental importância instituindo-se “[...] num ‘laboratório de experimentação’, onde vivenciamos nossa vida cotidiana e aprendemos a lidar com nossos afetos e desejos” (GROSSI; SANTOS; SANTOS, 2004, p. 160). Com isso, pode-se dizer que a família está relacionada com sentimentos de “pertença”, na qual são expressas as transições do ser humano, que, mesmo considerado como ser livre, possui necessidade de se relacionar com outras pessoas.

Dentre esses sentimentos de “pertencas”, existem aqueles que cada ser humano vai constituindo ao longo de vida em suas escolhas, como o grupo de amigos, o cônjuge, por exemplo, que consistem nos “grupos secundários”, e o “grupo primário”, que já o espera antes mesmo de seu nascimento, independente de sua escolha que é a sua família (PINTOS, 1997).

Historicamente, considera-se como família o grupo constituído por pai, mãe e filhos, denominada de família nuclear, sendo o modelo que passou a ser determinante para as interpretações da família e, quando a mesma se afasta desse modelo, é considerada “desestruturada”. Nesse sentido, Fernandes (2006) destaca que,

O conceito de “família estruturada” pressupõe a negação da diversidade de formas das famílias se expressarem e se organizarem. Pressupõe, também, que as famílias que não estão no mesmo padrão são desestruturadas, desorganizadas, patológicas (p. 142).

Por trás desse conceito há uma visão normativa que culpabiliza o sujeito, depositando nele a patologia do social, contudo, durante as diferentes fases da vida do ser humano, a sua compreensão e concepção de família vai sofrendo alterações, na medida em que o mesmo vai se desenvolvendo individual e socialmente, ou seja, para um bebê, a família pode se resumir ao pai e à mãe; para um adolescente, ela será ampliada, acrescentando-se irmãos, tios, avós, primos, entre outros, assim como para o jovem.

Quando se chega à fase da velhice, essas sensações acerca da família não são diferentes, ou seja, na medida em que vamos envelhecendo, vemos a família se alterando e, em especial, a posição de cada membro dentro dela., onde os papéis vão se modificando e a relação de dependência tornando-se diferente. Para o idoso, a



família passa a ser os filhos, os netos, os bisnetos e os outros parentes de idades inferiores à dele, assim, se percebendo como uma pessoa que já teve filhos sob seus cuidados e dependência, nesta fase é quem necessita de assistência, tornando-se por vezes ainda mais dependente (ZIMERMAN, 2000, p. 51).

A compreensão de família e o seu significado são reafirmadas dentro da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 1999), quando se determina que as ações voltadas ao idoso deveriam estar necessariamente articuladas ao núcleo familiar. Na Política Nacional de Assistência Social de 2004, apresentou um novo jeito de olhar e quantificar a realidade, tendo uma nova visão, baseada na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), procurando assim, identificar as “diferenças e os diferentes”, conhecendo os riscos e as possibilidades de enfrentá-los”; entender que a população possui necessidades, mas também capacidades que devem e podem ser desenvolvidas”; “identificar forças e não fragilidades que as diversas situações da vida possuam” (PNAS, 2004, p. 13).

A família recebe destaque ainda maior, constituindo-se em um dos elementos centrais na composição da PNAS (2004, p. 13), conforme consta no capítulo I da mesma, que se refere à “Análise situacional”, na medida em que afirma que a [...] situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família.

Considerando que família é a base para o cuidado destes idosos, podemos analisar o conceito de família nas mais diversas configurações, constituindo-se como um espaço altamente complexo, sendo construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros e outras esferas da sociedade como, Estado, trabalho e mercado. Sendo também uma unidade de cuidado e redistribuição de recursos, assim tendo um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. E, nesse contexto, pode-se dizer que é a família que “cobre as insuficiências das políticas públicas, ou seja, longe de ser um “refúgio num mundo sem coração” é atravessada pela questão social” (MIOTO, CAMPOS, LIMA, 2004).

### **3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS – ILPIS**

Como já foi referido no presente trabalho, as pessoas estão envelhecendo e pesquisas mostram que o número de idosos aumentam consideravelmente em relação à quantidade de crianças que nascem, se configurando em uma demanda social, econômica, cultural e política, tendo que ser trabalhado de forma expressiva, segundo autores como Silva (2016), pois trata-se de um fenômeno mundial. O Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 01 de outubro de 2003) define em seu artigo 8º que, “O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da Legislação em vigor”.

A velhice é uma etapa da vida, assim como a infância, adolescência e a fase adulta e não pode ser vista como doença ou morte, ou uma demanda social e sim ter o olhar voltado para as coisas positivas deste processo. Conforme Beauvoir escreve sobre a velhice:

Ela é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história (BEAUVOIR, 1990, p. 15).

O profissional assistente social atua diretamente com este público em questões relacionadas à proteção social, inserção no contexto familiar e das políticas públicas, que são demandas sociais decorrentes das expressões da questão social.

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressam a questão social, hoje, é de fundamental importância para o serviço social em uma dupla perspectiva: para que possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida (IAMAMOTO, 2013, p. 28).

O aumento de pessoas idosas em instituições de longa permanência, tem sofrido influências diretamente pelas expressões da questão social, representadas através das questões econômicas, na desigualdade social, na exclusão social, conflitos e violência tanto sexual, física, como maus tratos, furtos, violência psicológica, verbal, social discriminação, abandono e abuso econômico, atingindo a vida cotidiana dos idosos.

A sociedade vem passando por várias transformações, sejam elas econômicas, políticas, sociais, culturais, se fazendo necessário à intervenção dos profissionais de serviço social nas ILPIs, a fim de garantir o acesso aos direitos e as políticas sociais, em que, a atuação desses profissionais nestes espaços sócio ocupacionais tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (homens e mulheres) idosas, pois desenvolvem atividades e parcerias com outras instituições com o intuito de viabilizar o acesso a bens e serviços disponíveis.

As Instituições de Longa Permanência para Idosos possuem equipes com vários profissionais, incluindo o assistente social, que busca neste espaço, atuar numa perspectiva do cuidado ampliado, respondendo as demandas que compete a sua atuação. O trabalho multidisciplinar perpassa todos os elementos do conhecimento da equipe, e neste contexto, segundo Marques e Ramalho (2000, p.68) “o Serviço Social trabalha como os demais técnicos de forma participativa, numa postura político-ideológica vinculada ao processo de conscientização e de organização [...]” da instituição e do trabalho.

A atuação do profissional de Serviço Social nas ILPIs se desenvolve, tendo em vista a implantação, o aprimoramento e a transformação de práticas educativas, com o objetivo de construir novos saberes em relação ao envelhecer, contribuindo para promover melhores condições de vida ao idoso, oferecendo suporte social, bem como, para sua família e cuidador, para enfrentar a doença, as limitações cognitivas e funcionais, que geram sofrimento psíquico a todos (FALCÃO, 2010, apud, SANTOS, 2014, p. 12).

Nestas instituições o processo de trabalho do assistente social, se situa em ações como, coordenar equipes de trabalho, avaliar e supervisionar as atividades ligadas ao trato das relações sociais, elaborar projetos, pareceres e relatórios sociais das atividades desenvolvidas, realizar relatório dos idosos institucionalizados no que se refere a vida social e familiar, buscar parcerias com outras instituições bem como visitas domiciliares e acompanhamento interno aos moradores. Assim tendo, sempre que necessário, um diálogo com os demais profissionais da instituição, buscando resolver e encaminhar questões referentes a documentos e encaminhamentos dos moradores, por exemplo. Fornecer orientação social ao idoso, aos familiares e quando necessário, resgatar e fortalecer os vínculos familiares e sociais através da busca ativa.

Para que o processo de trabalho se concretize o assistente social com sua postura profissional crítica e interventiva deve fazer usos dos instrumentais e técnicas que o coloque em contato com a realidade concreta e objetiva do cotidiano.

Desta forma, Iamamoto afirma que o assistente social deve possuir:

[...] um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético político com os valores democráticos e competência teórica metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Esses elementos, aliados a pesquisa da realidade, possibilitam decifrar situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ações diretas, estimuladora da participação os sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-lo (IAMAMOTO, 2011, p. 208).

A partir do pressuposto teórico-metodológico, ético político e técnico operativo, o profissional se aproxima da realidade concreta e passa a entendê-la na sua totalidade e não apenas a particularidade apresentada, para assim, intervir criando alternativas para as demandas.

Para o fazer profissional do assistente social são necessários o uso de instrumentos e técnicas de atuação por ele definidos, buscando a garantia dos direitos dos usuários. Para isso, Guerra (2007) coloca o papel da instrumentalidade como uma possibilidade que objetive a intencionalidade em respostas às demandas do cotidiano. Assim os profissionais de Serviço Social, retomam a questão da instrumentalidade como ferramenta que o seu fazer profissional requer na direção da construção de uma nova realidade.

No processo de trabalho do assistente social e na garantia do acesso a bens e serviços o artigo 5º do Código de Ética profissional diz que são deveres do/a assistente social na sua relação com os/as usuários/as a seguinte afirmação,

b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;

f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional (CODIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993).

O assistente social, nas ILPIs, confirma sua atuação profissional, principalmente no que se refere aos cuidados da pessoa idosa e sua constituição familiar, compreendendo a dinâmica familiar no contexto onde o idoso está ou irá se inserir e também as fragilidades destas relações familiares que buscam nas instituições, uma possibilidade de acolhimento deste idoso. A atuação deste profissional inicia no momento da chegada do idoso na Instituição, a partir da entrevista, do acolhimento que são instrumentais que possibilitam sua intervenção, através de uma escuta sensível e o olhar em sua integralidade, busca proporcionar o acesso e a garantia de uma vida mais digna aos idosos, a partir da promoção e a proteção aos direitos sociais necessários aos mesmos, fortalecendo e resgatando os vínculos com a família e a rede de apoio sócio assistencial e comunitária.

Dentre os principais desafios para atuação profissional nas ILPIs, para que a efetivação dos direitos e garantias das pessoas idosas institucionalizadas seja cumprida, é necessário a garantia de recursos financeiros, prática esta, que tem se delegado a estes profissionais, buscando parcerias na captação de verbas promovendo ações na tentativa de atender as demandas existentes na instituição. A falta de aporte financeiro tem dificultado as instituições de cumprir suas metas e projetos, bem como o próprio plano de ação dos profissionais de Serviço Social.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

Sendo assim, conforme Iamamoto, o maior desafio apresentado pelas e pelos profissionais, é construir propostas de trabalho criativas, pois os recursos financeiros são escassos e limitados e as demandas crescentes.

#### **4 ANÁLISE INSTITUCIONAL: O RECONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL DO CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

A análise institucional é o instrumental usado para o reconhecimento da realidade social do campo de atuação do profissional assistente social, identificando o público atendido, a forma de trabalho, tendo assim uma visão geral da instituição a qual está sendo inserido.

O/A acadêmico(a) de Serviço Social no estágio curricular obrigatório se aproxima da realidade social ao qual está inserido seu objeto de intervenção, nas

diferentes expressões da questão social, sendo também um espaço de formação para enfrentar as dificuldades existentes na sociedade, unindo a teoria estudada em sala de aula com a prática nos diferentes campos de estágio. Segundo a Política Nacional de Estágio (PNE) o estágio Curricular obrigatório é um instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa compreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional.

Neste caso, o campo de estágio desta análise institucional foi no Lar Vila Itagiba, uma Instituição de Longa Permanência para idosos, o qual para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ILPIs:

São instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania (ANVISA, RDC 283/05).

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) - Cap. IX, Art. 37 §1º - eleva o atendimento das ILPIs e casas-lares ao status de instituições prestadoras de serviços fundamentadas no direito das relações de consumo, e obriga as instituições, independentemente de sua personalidade jurídica, a firmar um contrato de prestação de serviços com a pessoa abrigada ou seu familiar/curador, no caso de incapacidade, e a ter seus serviços e programas inscritos no Conselho do Idoso e na Vigilância Sanitária.

Tanto as instituições públicas como as de caráter não governamental atendem as normas e se inserem no escopo de serviços de Alta Complexidade da Política de Assistência Social, tendo em vista que são serviços destinados a famílias e/ou indivíduos que perderam seus vínculos familiares ou que estejam em situação nas quais não tenham condições de convívio familiar ou comunitário.

A(o) estagiária(o), a partir do campo em que está inserida(o), reconhece os elementos concretos que constituem a realidade social e suas contradições, assim, enquanto profissional, poderá atuar nas diferentes expressões da questão social, tendo uma análise crítica, capacidade interventiva, propositiva e investigativa seguindo de acordo com o Código de Ética do Assistente social e com seus princípios fundamentais.

Ao produzir a análise institucional do Lar Vila Itagiba, tem-se o objetivo de discorrer e refletir acerca da realidade local, destacando o histórico da instituição, a

forma como está organizada, os objetivos e finalidades, as demandas, as condições e os processos de trabalho desenvolvidos pelo Serviço Social.

Para isso, é importante analisar desde o princípio, com a regulamentação da Assistência Social enquanto política pública pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2005, que vieram a atuar de modo descentralizado e participativo.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

Em 2004 foi instaurada a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) que garante a universalidade dos direitos sociais, bem como o acesso aos serviços sócio assistenciais e estrutura-se em níveis de proteção básica e proteção especial conforme níveis de baixa, média e alta complexidade, sendo as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), de alta complexidade.

Buscando o histórico das primeiras instituições para idosos, segundo Lima, em sua dissertação de mestrado “O fazer institucionalizado”:

Foi uma chácara construída em 1970 para acolher soldados portugueses que se encontravam “avançados em anos e cansados de trabalhos”, que pelos seus serviços prestados, “se faziam dignos de uma descansada velhice”. A chamada casa dos inválidos foi construída por decisão do 5º Vice-Rei, Conde de Resende que, contrariando todas as normas da época, cria esta instituição, inspirando-se na obra de Luís XIV (Hôtel des Invalides) destinado aos heróis (...). Como podemos ver a primeira instituição criada no Brasil era restrita a soldados militares e não à velhice em geral. Com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, a casa que abrigava essas pessoas foi “cedida” ao médico particular do Rei e os internos foram transferidos para a Casa de Santa Misericórdia (2005, p. 26).

E o que foi a Casa de Santa Misericórdia? Lima (2005, p. 26) também relata que:

No que se refere à Casa de Santa Misericórdia, sabe-se que foram os serviços de hospitalização da época colonial. Fundadas e administradas por irmandades de leigos ou eclesiásticos (origem privada), exerciam uma atividade assistencial, destinada aos doentes pobres. Mas não só os pobres se beneficiavam desses serviços, também os indigentes, forasteiros, soldados e marinheiros. A manutenção desses hospitais dependia da caridade dos habitantes, doações ou esmola, recolhidos nas ruas e das arrecadações dos dízimos concedidos pelo Rei.

Ainda, segundo relatos da autora, essas instituições foram esquecidas e somente depois de 47 anos foi criado o decreto de fundação do “Asilo dos Inválidos da Pátria” e construído em 1868, situado no Rio de Janeiro, na Ilha do Bom Jesus. O

que se percebe é que a preocupação com as pessoas, ditas “invalidas”, na época não era tão urgente.

A velhice, já habitava as ruas das cidades e com a abolição, os escravos sem trabalho e muitos com idade avançada passaram a perambular pelas ruas, engrossando a multidão de pedintes, fato este que contribuiu para a criação das instituições asilares. A partir desse contexto que surge a diferença entre velhice e mendicância, passando a existir uma nova categoria: a velhice desamparada, cuja primeira instituição a ela destinada no Rio de Janeiro, a partir de 1890, foi chamada de Asilo São Luiz. Lima (2005, p. 40-41) complementa que:

Na realidade, o asilo para velhos foi criado para dar “sossego” e “repouso” àquele que já se achava cansado de tanto viver e agora aguardava seu último “suspiro”. Tradicionalmente, portanto, o asilo não é lugar para trabalho e, sim, para descanso. Não há registros de quando tenha começado o uso da ocupação pela população idosa asilada, mas supõe-se que tenha sido implantado por influência desses acontecimentos narrados.

As instituições destinadas a abrigarem pessoas idosas necessitadas de lugar para morar, alimento e cuidado por período integral, sempre foram conhecidas como asilos ou albergues. Born (1996) comenta que essas denominações tornaram-se entretanto, sinônimo de abandono, pobreza e rejeição; por esse motivo, passou-se ao emprego de termos eufemísticos, ainda não carregados de preconceitos, tais como: abrigos a idosos, casa de repouso, clínica geriátrica, dentre outros.

A partir deste contexto e com a nova legislação que regulamenta as instituições, com a Portaria nº 822/1989 estabelecida pelo Ministério da Saúde, que aprovava normas e padrões de funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos (Brasil, 1989) torna-se Instituição de Longa Permanência para idosos (ILPI). Essas ILPIs são consideradas instituições totais, o que as remete à teoria formulada por Goffman, em 1961(2007) que define uma instituição total como um local de residência e trabalho onde um número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada, com isso acarretando muitas vezes na dificuldade de se adequar ao novo ambiente permeado por regras e com falta de privacidade.

O idoso ao entrar em uma ILPI, deixando sua casa, não deixa apenas seus bens pessoais e materiais, mas seus significados de uma vida inteira, causando mudanças principalmente emocionais o que pode acarretar certa dificuldade de se adaptar nessa nova realidade.



#### 4.1 ANALISE INSTITUCIONAL DO LAR VILA ITAGIBA

A análise institucional que será apresentada tem por finalidade, como mencionado anteriormente, refletir sobre o Lar Itagiba bem como, contextualizar o processo de trabalho do Serviço Social em uma unidade de proteção de alta complexidade, dentro da Política Nacional de Assistência, seguindo o Estatuto do Idoso que discorre em seu artigo 37, parágrafo terceiro:

As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), Cap. II, art. 49 prevê que:

As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

- I. Preservação dos vínculos familiares;
- II. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III. Manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV. Participação do idoso em atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V. Observância dos direitos e garantias dos idosos;
- VI. VI. Preservação da identidade.

É importante também reconhecer o histórico da instituição em que está se inserindo, neste caso, o nome Vila Itagiba deve-se ao navio brasileiro “ITAGIBA” afundado em águas do Atlântico, próximo à cidade de Rio Grande. Para demonstrar seu descontentamento com o fato, os prefeitos do Estado do Rio Grande do Sul resolveram angariar fundos que seriam aplicados na compra de armas e aviões para continuar a luta contra os alemães e com o fim da segunda guerra, sem que esse montante fosse utilizado, o então prefeito de Santa Maria, Dr. Miguel Meirelles, o qual fazia trabalhos voltados à pessoas em vulnerabilidade social doou o dinheiro arrecadado à ASAN – Associação Santamariense de Auxílio aos Necessitados – que a empregaria na construção de um abrigo para pessoas carentes.

A ASAN, tendo à frente o Sr. Salvador Isaía, auxiliado por Monsenhor Frederiaco Didonet, cura da Catedral Diocesana, iniciou a construção de pavilhões de madeira e um pequeno pavilhão de alvenaria com banheiros e chuveiros. Estas obras

inauguradas em 07 de dezembro de 1947 foram crescendo e respondendo à expectativa da comunidade que se fazia presente a suas solicitações.

Em 1960 assumindo como Presidente da ASAN o Padre Erasmo Dallasta convidou um grupo de senhoras da sociedade santamariense para auxiliá-lo nas campanhas em benefício do Asilo. Uma das reuniões foi realizada junto aos fazendeiros locais, com o objetivo de construir um Pavilhão de Alvenaria destinado ao atendimento dos idosos dependentes de cuidados especiais, ocasião em que foram doadas 100 rezes, suficientes na época para cobrir os gastos. Como homenagem aos doadores foi chamado de “Pavilhão dos Fazendeiros”.

Nessa época a Diretoria da ASAN sentiu necessidade de contar com o trabalho das religiosas no atendimento da obra. Conhecedores do trabalho das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo que atuavam no Hospital Militar de

Santa Maria, após várias tentativas junto a Provincial da Congregação no Rio de Janeiro, veem seu desejo realizado com a chegada da primeira Irmã – Helena Carlos, em 1º de abril de 1968 e a partir de então, a coordenação das atividades asilares ficaram a cargo das Filhas da Caridade.

Em 1970 quando o Asilo passava por grandes dificuldades, faltando inclusive o básico para a alimentação dos idosos, a senhora Zélia Lunardini Nunes incentivou a diretoria a organizar e realizar a “Campanha do Quilo”. Acompanhada pelas senhoras da diretoria, dona Zélia visitou 800 famílias santamarienses expondo o projeto da campanha e solicitando a adesão ao mesmo, que, motivadas, assumiram com muito carinho e doação, o projeto criou raízes e se mantém até hoje auxiliando grandemente na alimentação dos idosos.

Por meio da influência da senhora Zélia e de seu genro, Sr. Álvaro Luiz Machiavelli Filho, encaminhou-se um pedido à superintendência do Banco do Brasil, solicitando uma verba para a Fundação do Banco do Brasil, com a finalidade de construir um pavilhão de alvenaria na qual o asilo foi atendido integralmente e que se chama Pavilhão São Vicente de Paulo o qual foi inaugurado em junho de 1991.

Em 1972 a senhora Carmen Moraes de Moraes assume a presidência da ASAN e adota como sua família, o Asilo Vila Itagiba, inclusive trocando sua residência pelas dependências do lar, como exemplo de desprendimento da aquisição financeira que adquiriu ao longo da vida, assim permanecendo por 30 anos, onde imprimiu-se, nessa época um estilo administrativo a instituição.

Em 1999 outra colaboradora do Asilo, membro da atual diretoria, dona Ilma Seibel Canabarro Cunha, atende às necessidades dos idosos dependentes, fez doação de uma máquina para confecção de fraldas geriátricas, o que supriria ao consumo interno e futuramente poderia ser fonte de renda para atendimento do Asilo, contribuindo para sua sustentabilidade.

Para que os idosos tivessem melhor qualidade de vida e atendimento, contribuiu com ajuda financeira para as reformas que se faziam necessárias ao asilo. Continuando à frente da ASAN em 1997 levou a termo a construção do prédio que abriga a nova lavanderia e rouparia, e uma vez concluído equipou-o com modernas máquinas, adequadas às exigências da legislação atual.

A par de todas essas realizações construiu a Casa Mãe Medianeira para acolher senhoras idosas com possibilidade de pagar pelo seu atendimento, sendo os possíveis lucros utilizados na manutenção dos idosos carentes do Vila Itagiba. Ainda em 1999, o Lar, têm preenchidas suas 85 vagas com 34 idosos dependentes e 51 semi-dependentes, onde os asilados recebem atendimento médico, odontológico, de enfermagem e fisioterápico.

A partir do ano 2000 numa tentativa de redimensionar e aperfeiçoar o atendimento, foi introduzido o trabalho de fisioterapia, com a contratação de profissional da área, mais parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Maria, com o Projeto Reviver, que atuavam na recuperação e prevenção da saúde dos abrigados.

As atividades físicas e atendimento odontológico, são feitos por meio de uma parceria com a UFSM que preenche as necessidades dos atendidos. A área médica de psiquiatria e clínica geral é atendida por dois médicos voluntários e em casos mais graves são encaminhados ao hospital aos cuidados dos familiares.

A Instituição é uma organização, sem fins lucrativos, de caráter essencialmente assistencial, que presta serviços de atendimento integral de proteção ao idoso e a pessoa portadora de deficiência (PPD's), na faixa etária dos 60 a 92 anos de idade; atualmente com 72 internos. O atendimento está em conformidade com a legislação vigente no Estatuto do Idoso, em que, visa atender suas necessidades básicas, tais como: moradia, alimentação, higiene, saúde, convívio social, lazer e atividades terapêuticas. Sendo executados também projetos que buscam proporcionar alternativas para uma melhor qualidade de vida aos idosos na instituição, contando com o voluntariado que atua, especialmente na área médica, odontológica, de costura e conserto de roupas.

Atenta a todas as necessidades, inclusive de formação e atualização do corpo de funcionários a direção propôs cursos para cuidadores de idosos, liberando a todos para participarem, além da orientação dada em reuniões mensais pela direção e equipe de enfermagem.

Objetivando a integração dos idosos entre si, a direção proporcionou a construção de duas salas de chimarrão com lareira, e fogão a lenha que amenizam os rigores do inverno e serve de espaço de convívio e entretenimento entre eles. A alimentação é outro aspecto que se tem muito cuidado, e para que seja a mais adequada possível o Lar, conta com Nutricionista que faz o cardápio de acordo com as necessidades dos idosos, também possuindo uma horta e panificadora próprios, que atendem suas necessidades básicas, contando em cada setor, com uma religiosa responsável que garante o bom desempenho de seus funcionários no cuidado global do idoso.

Assim sendo, o trabalho de coordenação das atividades tem por objetivo maior, o atendimento integral do asilado, o que se torna realidade apesar das dificuldades sociais, econômicas e políticas da atualidade.

A missão da Instituição de longa permanência Asilo Vila Itagiba é prestar assistência e apoio aos idosos, garantindo um serviço de prima pela qualidade, reconhecendo-lhe o direito de plena cidadania com respeito e dignidade e visa manter o nível de atendimento com vistas a excelência dos serviços prestados e a qualidade de vida dos idosos, tendo como valores a solidariedade, o respeito e a caridade. (VILA ITAGIBA, 2014, p 02, s/a, 2014)

O objetivo desta Instituição é acolher os idosos em situação de vulnerabilidade social proporcionando atendimento de alta complexidade observando as determinações da Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso, garantindo acessibilidade aos seus direitos humanos fundamentais, encaminhando os idosos, quando necessário a serviços específicos de saúde, urgência e emergência, bem como proporcionando um cronograma de eventos e atividades de lazer, datas festivas, comemorativas e religiosas. (VILA ITAGIBA, 2014, p 03, s/a 2014).

A origem dos recursos para manter o funcionamento da Instituição são doações físicas e jurídicas, recursos do Fundo Municipal e Nacional de Assistência Social, Fundo Municipal do Idoso, Projetos Sociais submetidos em Editais e 70% dos recursos de aposentadoria ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC), dos idosos.

O Benefício de Prestação Continuada, (BPC), constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, direcionado as pessoas com deficiência e ao idosos a partir de 65 anos de idade, observado, para acesso, cuja renda mensal per capita seja inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo (PNAS, 2004, p.34).

O Estatuto do Idoso (2003), no segundo inciso do art. 35, declara que a contribuição dos idosos para custear as despesas da entidade no atendimento não poderá exceder 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social recebido pelo idoso.

Referente aos recursos humanos, na Instituição constam: 1 (uma) Assistente Social, 1 (uma) Enfermeira, 8 (oito) Técnicos de Enfermagem, 1 (um) Fisioterapeuta, 1 (um) Profissional de Educação Física, 1 (um) Nutricionista, 2 (dois), Médicos voluntários, 12 (doze) Cuidadores, 1(um) Técnico Administrativo, 1 (um) profissional de Recursos Humanos, 1 (um) Motorista, 6 (seis) Serviços Gerais, 1 (um) responsável pela manutenção, 2 (dois) porteiros 1(uma) prestadora de serviços comunitários (PSC): dentista, 1 Jovem Aprendiz na Administração, Estagiários: técnicos de enfermagem da FISMA, Terapia Ocupacional (TO) da Universidade Franciscana, 1 (uma) estagiaria do Serviço Social UFSM, 1 (uma) Engenheira Voluntária, voluntários da comunidade e as Irmãs da Congregação Vicentina que fazem trabalho voluntário sendo coordenadoras de cada uma das alas da instituição.

#### **4.1.1 População atendida na instituição**

A população atendida, no período de estágio curricular da acadêmica de Serviço Social da UFSM, no segundo semestre de 2018 e primeiro semestre do corrente ano, no Lar Vila Itagiba são: 72 idosos, dentre os quais 70 são do sexo masculino e 2 do sexo feminino. A renda dos idosos é proveniente de aposentadoria ou Benefício de Prestação Continuada (BPC). As ocupações no mercado de trabalho dos idosos, conforme levantamento de informações, eram agricultores, metalúrgicos, serviços gerais e autônomos. Alguns idosos são considerados Pessoas com Necessidades Especiais, ou seja, com alguma deficiência física ou mental.

As demandas e expressões da questão social identificadas pela acadêmica, na instituição, são as condições de saúde fragilizada dos idosos, a falta de vínculos familiares de pais e filhos que viveram uma vida afastados, sem convivência alguma e são procurados para intervir no cuidado desses idosos, o rompimento dos vínculos

familiares quando institucionalizados e a vulnerabilidade social e econômica tanto do idoso quanto de suas famílias.

A Política Nacional do Idoso de 1994, como já foi mencionada, determina entre as diretrizes, a priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias em detrimento do atendimento asilar, com exceção aos idosos que possuam condições que garantam sua própria sobrevivência, sendo a família, o suporte para o cuidado e garantia da qualidade de vida, para que o idoso envelheça com dignidade e tenha acesso aos direitos previstos no estatuto do Idoso.

Contudo, as transformações do mundo do trabalho e o envelhecimento populacional trazem implicações diretamente na família, em que, a falta de um cuidador junto as dificuldades socioeconômicas da maioria das famílias, os conflitos geracionais causados certas vezes, pelo alcoolismo e violência do idoso, diminuem a perspectiva do idoso permanecer no seu ambiente familiar, ocasionando a institucionalização nas Instituições de Longa Permanência.

A partir desta análise verificou-se que a institucionalização dos idosos se dá pela dificuldade do cuidado familiar, a vulnerabilidade social do idoso e de sua família e o rompimento dos vínculos familiares em um contexto social onde o envelhecimento da população, com expectativas de vida cada vez maiores surgem muitos desafios em relação aos cuidados desses idosos, buscando assim, as instituições de longa permanência filantrópicas, no caso do Lar Itagiba.

A família, que segundo, a legislação brasileira deve ser responsável pelo cuidado dos familiares idosos (BRASIL, 2003) pode não estar preparada para oferecer o atendimento requerido, indo assim em busca das Instituições de Longa Permanência (POLLO, ASSIS,2008).

Segundo a Resolução CNAS nº 109/2009,

Acolhimento para idoso (as) com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência. A natureza do acolhimento deverá ser [...], excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de auto-sustento e convívio com os familiares (p. 31).

A família tem um papel de suma importância no cuidado e garantia da qualidade de vida de seus idosos, para que envelheçam com dignidade e tenham seus direitos assegurados, diante a necessidade de institucionalização, por vários motivos já mencionados, continua sendo relevante a preservação dos vínculos familiares para que esse idoso não perca sua identidade. Assim, muitas vezes exigindo do trabalho

do Serviço Social dentro da instituição a criação de estratégias para o resgate e continuidade desses vínculos, contando neste caso, com encontros semestrais entre os idosos e as famílias e a reflexão durante o acolhimento.

Os vínculos constituídos pelas pessoas idosas ao longo da vida são formados pelo grupo familiar e pelas amizades, sendo que essas relações proporcionam uma sensação de pertencimento, um fator fundamental para o envelhecimento com qualidade de vida e bem-estar. Essas redes de apoio ajudam as pessoas idosas durante seu processo de envelhecimento, assegurando maior autonomia, independência, saúde e bem-estar (TRIADÓ; VILLAR, 2007).

A admissão e vivência do idoso em ILPI implica em mudanças de hábitos, de rotina, no espaço, nas relações interpessoais e em seus costumes, sendo gerador de sentimentos como o sofrimento, a tristeza a até mesmo revolta (CLOS,2010). Os idosos que passam a residir nessas instituições passam por alterações como a falta ou diminuição de privacidade, a ruptura de alguns vínculos, deixando de lado, não apenas seus bens materiais, mas significados de uma vida inteira, causando efeitos que acabam afetando inclusive a adaptação em sua nova realidade.

Percebe-se também, através da análise que a instituição é hierarquizada, contando com setores divididos e rotinas pré-definidas, com coordenações das Irmãs Vicentinas que são responsáveis por cada pavilhão, em que, as tomadas de decisões devem passar por autorização da direção. Mesmo sendo uma entidade filantrópica, é uma empresa, a qual tem suas regras que devem ser seguidas por seus funcionários, inclusive a assistente social, assim, quando há a necessidade de alguma intervenção em relação aos idosos institucionalizados é preciso passar pela coordenação para devida aprovação, o que acaba limitando muitas vezes o fazer profissional. Segundo os responsáveis, por ser uma entidade com poucos recursos financeiros, levando em consideração que para manter o funcionamento da instituição os recursos são do Fundo Municipal e Nacional de Assistência Social, Fundo Municipal do Idoso, projetos sociais, doações físicas e jurídicas e 70%do valor de aposentadorias ou benefícios do governo e que arrecada de valores, não é o suficiente, dificultando suprir todas as necessidades dos idosos e pagar os funcionários.

Analisando todos os pontos desde o processo de envelhecimento, a vida familiar nesse novo contexto, a necessidade de se institucionalizar o idoso e a dificuldade dessas instituições filantrópicas manter todas as condições de uma vida digna e de acordo com os direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso, a intervenção

do Serviço Social deve se dar, através de alternativas que valorizem a pessoa idosa dentro da sociedade e dentro do grupo familiar, segundo Carvalho (2011), em seu artigo *Ética, Serviço Social e “responsabilidade social”*: o caso das pessoas idosas o exercício da ética na ação do Serviço Social parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância, a aceitação do ser humano. Esse processo exige uma cultura de interconhecimento e ponderação que respeita o compromisso e à responsabilidade social para a construção e a defesa de uma história de vida individual e coletiva.

#### **4.1.2 Papel do assistente social na instituição**

O trabalho do Serviço Social na Instituição surgiu com a necessidade de encaminhar os benefícios para os idosos, referentes a aposentadorias ou benefícios de prestação continuada (BPC), emissão de laudos e pareceres, sociais, contato com familiares dos usuários e encaminhamentos básicos para acessos a serviços de saúde, serviços esses, realizados anteriormente por assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

A primeira assistente social contratada pela Instituição foi no ano de 2005 que atuou até o ano de 2007 e no período de 2008 a 2014 trabalharam outras cinco profissionais e em outubro de 2014 foi contratada a atual profissional.

A missão do Serviço Social no Lar Vila Itagiba é proporcionar aos usuários alternativas que possam melhorar a sua qualidade de vida, atuando na garantia de direitos sociais, visando desenvolver o atendimento, resgatando sua cidadania, buscando a valorização e estabelecendo espaços de participação social e integração dos idosos, com valores de humanização, valorização da pessoa e a ética profissional (VILA ITAGIBA, 2014, p. 2, s/a).

As famílias que procuram o Lar Vila Itagiba em busca de uma vaga para os idosos são recebidas, primeiramente pelo Serviço Social, em que a assistente social faz uma explicação detalhada sobre o funcionamento da Instituição, normas e regras da mesma. Na primeira entrevista, a profissional realiza a escuta da família e faz uma triagem para verificar os motivos que levaram á institucionalização do idoso, sendo entregue um formulário para realização do estudo socioeconômico para ser



preenchido em casa pelas famílias, que deverão retornar à instituição juntamente com os documentos solicitados.

Perpassando ao trabalho do assistente social, o conhecimento é, sem dúvida, o principal instrumento de trabalho, pois permite que o profissional tenha uma real dimensão das diversas possibilidades de intervenção. A competência técnico-operativa é uma das três dimensões de competência do assistente social que permite ao profissional definir quais instrumentos serão utilizados nesse processo, onde a entrevista é o instrumento que permite realizar uma escuta qualificada que visa estabelecer uma relação com o usuário, com objetivo de conhecer e intervir em sua realidade social, econômica, cultural e política.

Sendo assim, podemos afirmar que a entrevista possui o objetivo de promover o conhecimento da realidade dos usuários e realizar os encaminhamentos e orientações necessários para a garantia de direitos, em que, o diálogo propicia uma análise crítica da situação, pois a partir da fala do usuário é que o assistente social consegue identificar as questões que permeiam a sua realidade, utilizando-se da mediação como um referencial teórico para sua intervenção.

Quando as famílias retornam ao lar com a ficha e documentos preenchidos, é realizada a análise técnica do mesmo, com intuito de verificar o grau de vulnerabilidade do idoso, da família e as reais necessidades do acolhimento. A partir disso, é feita uma visita domiciliar onde o idoso se encontra para conhecer as relações familiares, sociais e as condições socioeconômicas. Durante a visita é verificada a aceitação do idoso frente à esta nova situação e quando há a possibilidade, antes do acolhimento é marcada uma visita para o idoso conhecer a instituição e o cotidiano ao qual será inserido.

A visita domiciliar é outro instrumental utilizado com a intenção de conhecer a realidade social da família, do idoso, fazendo uma análise do contexto familiar e o modo de vida, suas vulnerabilidades e potencialidades, permitindo ao assistente social observar o indivíduo em seu meio social.

Segundo Oliveira e Sanghi (2008), o cotidiano é visto como espaço de representação e organização da vida social, através de ações conscientes ou não, que influenciam na reprodução social do ser humano enquanto ser particular e também coletivamente, sendo assim, importante que o idoso tenha a possibilidade de conhecer o funcionamento da instituição antes do acolhimento e ingresso.

Observadas as condições acima citadas, é agendado a internação do idoso, que vem junto com sua família, os quais são recebidos pela assistente social que faz o acolhimento e a leitura dos seguintes documentos: Contrato de Prestação de Serviço (que será assinado por dois responsáveis pelo idoso), Regulamento Interno, Termo de Responsabilidade e Termo de Autorização do Uso de Imagem. E também são esclarecidas dúvidas que os familiares ou o próprio idoso possam trazer.

Após este acolhimento o idoso é encaminhado ao responsável pelo Pavilhão que irá permanecer para conhecer seu quarto, depois vai ao setor de saúde e fisioterapia para que se conheça suas reais condições de saúde e no setor de lavanderia onde faz uma lista de seus pertences pessoais.

Passados alguns dias do ingresso, o Serviço Social realiza uma nova entrevista com idoso para verificar sua adaptação e propor que se responsabilize por alguma tarefa diária, onde são distribuídas tarefas leves, respeitando as capacidades de cada um, com o objetivo do idoso participar do desenvolvimento de algumas atividades presentes no cotidiano da instituição.

A assistente social faz o Estudo Social dos idosos institucionalizados com intuito de conhecer a história dos mesmos, onde cada um possui uma pasta individual, com seus documentos e relatórios pertinentes ao trabalho social, em arquivo restrito ao Serviço Social, obedecendo ao sigilo profissional estabelecido no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Estudo Social é o processo metodológico de especificidade do assistente social, 'que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional' (CFESS, 2007, p. 42).

O acompanhamento aos idosos e suas famílias, no Lar Itagiba, se efetiva através de atendimentos individuais, encontros semestrais com as famílias, visitas domiciliares e entrevistas, trabalhando sempre no resgate e fortalecimento dos vínculos familiares, esclarecendo sobre a importância do não abandono e sim a presença dos familiares e amigos que é tão fundamental para estes idosos. Em casos de idosos que não tem familiares conhecidos, o Serviço Social encaminha ao Ministério Público, para que este, realize a busca de possíveis familiares e se caso forem localizados são feitas tentativas de aproximação.

Outro trabalho que é feito pela assistente social nesta Instituição é a captação de recursos através de projetos sociais que são lançados por empresas de grande porte e também advindos da Justiça Federal, Fundo Municipal e Nacional de

Assistência Social. Os objetivos do trabalho do assistente social, segundo plano de trabalho do Serviço Social na Instituição são de propor ações que venham facilitar a interação dos idosos; estudar as solicitações de internação e realização de seleção, promover a interação dos idosos com suas respectivas famílias, elaborar programas e atividades que integrem os diversos serviços da instituição, promover a integração entre funcionários e idosos, de forma que o ambiente de trabalho possa ser vivenciado como prolongamento do lar, realizar visitas domiciliares, elaborar o relatório social após visitas, encaminhar o idoso para os órgãos competentes de acordo com as necessidades, manter atualizado o prontuário do(s) idoso(s), apresentar relatório anual a direção e treinamento, supervisão e avaliação direta de estagiários de Serviço Social.

Devido as diferentes situações e a complexidade com que acontecem em relação aos idosos institucionalizados, se exige um maior empenho nas intervenções dos profissionais que trabalham na instituição, resultando na necessidade de um trabalho em equipe e multiprofissional para sanar essas demandas.

#### **4.1.3 O trabalho em equipe multiprofissional e o trabalho em rede**

O trabalho em equipe é representado por um conjunto de profissionais em situação comum de trabalho, mas existem complexidades que os diferenciam de acordo com sua atuação, ou seja, não pode ser encarado apenas como uma atuação simples de trabalho, como se cada profissional pudesse utilizar as determinações de seu conselho e cumprir os escritos, sendo necessário um envolvimento maior entre os profissionais, em se tratando de saúde, por exemplo, a questão é bastante complexa, uma vez que a produção e o produto destas relações são subjetivas.

O trabalho em Equipe na Enfermagem foi proposto na década de 50, nos Estados Unidos, mediante experiências realizadas no Teacher's College da Universidade da Columbia, em que, Elenor Lambertsen preconizava a organização do trabalho em enfermagem com base na equipe. No Brasil, os resultados desta proposta foram divulgados em 1996 pela Associação Brasileira de Enfermagem com o livro "Equipe de Enfermagem Organização e Funcionamento".

A Equipe Multiprofissional começou a ser composta por profissionais de diferentes áreas como: enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos,

nutricionistas, médicos, entre outros e sua atuação é permeada no alcance de resultados comuns, sendo, no caso da saúde, o atendimento e resolução das necessidades apresentadas pelo paciente nos diferentes níveis de intervenção. Os resultados do trabalho em equipe multiprofissional podem ser interferidos pela atenção Integral às necessidades de saúde da população, os serviços especializados tendem a fragmentação do cuidado à saúde do indivíduo, ações realizadas por diferentes profissionais necessitam articulação, devendo haver comunicação, sempre buscando o consenso entre os profissionais, articular diversas ações realizadas em um setor, integrar setores e serviços entre si.

Peduzzi (1998; 2001), em seus estudos sobre conceito e tipologia do trabalho em Equipe Multiprofissional de Saúde, afirma que o trabalho em Equipe Multiprofissional é uma modalidade de trabalho coletivo centrada na reciprocidade entre trabalho e interação, que as principais dimensões do trabalho em equipe são a articulação das ações e a interação de seus agentes.

Os resultados de um trabalho em Equipe Multiprofissional dependem diretamente da integração das ações dos profissionais, sendo uma interação de saberes e de relacionamento. O sucesso no atendimento ao paciente é possível quando abrange a Equipe Multiprofissional, sendo que o maior desafio destes profissionais é atingir a integração nas práticas de saúde desenvolvidas ao paciente.

Referindo-se ao Lar Vila Itagiba, no contexto de atendimento integral ao idoso institucionalizado, existe um trabalho multiprofissional da assistente social com a enfermeira, as quais fazem juntas o acolhimento dos idosos, bem como, quando há necessidade de alguma outra intervenção, onde as profissionais se reúnem e planejam uma forma de enfrentamento de determinados casos. Periodicamente se reúnem também com a nutricionista com o intuito de analisar a vida nutricional dos idosos e se precisa ser feita alguma intervenção no sentido de troca, retirada ou reposição de outros alimentos de acordo com a análise de peso e aceitação desses alimentos pelos mesmos. Essas profissionais também colaboram com ideias em relação aos projetos sociais que são efetivados pela assistente social.

Além do trabalho em equipe, multiprofissional dentro do lar, há também o encaminhamento de idosos para os serviços de saúde, com problemas que não podem ser resolvidos na instituição, organização de benefícios, documentos entre outros, havendo assim, a necessidade do trabalho em rede.

A Palavra “rede” já foi empregada de diversas maneiras o longo da história e é de grande importância entender seu real significado para o profissional nos dias de hoje. Em primeiro lugar é importante saber o significado da palavra rede literalmente:

[...] Entende-se por redes uma quantidade de pontos ou nós, interligados por relações que podem ser de vários tipos. A palavra começou por nomear um dispositivo feito de cabos interligados numa malha, utilizando desde épocas pré-históricas na pesca e na caça (SCHERER-WARREN.1999, p. 21-30)

Pela definição literal da palavra rede, se entende que seu significado se remete a noção de teia, de ligação, de junção e por este conceito é utilizado por diversas áreas do conhecimento humano.

Por outro lado, o conceito de rede está vinculado a seguinte definição: “As redes podem ser consideradas como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos ou realizações comuns”, assim, pode-se dizer que o conceito de rede passou a ter diversos significados para as diferentes áreas do conhecimento ao longo da história

O sistema organizacional em rede mais ampliado, na década de 1990, sofre um grande avanço, se vinculando a novos elementos de suma importância já que:

[..] apontam para a interação de diferentes agentes, serviços, organizações, movimentos e comunidades, através de vínculos horizontais, de interdependência e complementaridade, e não mais de relações hierárquicas intra-organizacionais. (CARVALHO apud TUMELERO; BERTELLI; NECKEL; LAZARIN, 2010, p 3).

No sentido ideológico, a rede como sistema organizacional, decorre de algumas características inter-relacionais que a definem como, interação, vínculos não hierarquizados e intercâmbio de informações e trocas diversas (NEVES, 2009).

A partir dessa compreensão, percebe-se que a rede compartilha objetivos e tarefas comuns, e apesar de suas diferentes tarefas primárias, são capazes de promover uma organização em direção ao resultado final.

Portanto, as redes aproximam e conseqüentemente criam espaços interorganizacionais de trocas, de comunicação e debates entre os agentes políticos e as diversas organizações que participam desses processos organizatórios (DINIZ; GOMIDE; PAZ; SILVA; WANDERLEY, 2012).

Remetendo ao lar Vila Itagiba, segundo a assistente social da Instituição, existe um trabalho em rede, principalmente quando os idosos chegam e precisam encaminhar documentos como aposentadoria ou Benefício de Prestação

Continuada, em que a profissional entra em contato com o Cadastro Único, e articula junto ao serviço a melhor forma de encaminhar essas demandas. Também, quando há necessidade, faz contato telefônico com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e com os serviços de saúde de urgência e emergência quando o ambulatório da instituição não pode solucionar o problema de saúde do idoso que se agravou. Em relação à fraudas e receitas de medicamentos aos idosos que necessitam, ficam a cargo das famílias e não havendo responsáveis, que é o caso de alguns idosos, a assistente social entra em contato com a unidade de saúde a qual pertence, que segundo ela tem dificuldade em atendê-los pois alegam não ter condições de ir até o Lar, sendo feito um trabalho junto a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Assistência para conseguir o atendimento necessário.

## **5 VÍNCULOS FAMILIARES E SOCIAIS**

A família estabelece ao indivíduo a construção de sua identidade, sua história de vida e suas construções pessoais e sociais, sendo assim, é no contexto familiar que se apresenta um elemento fundamental para o bem-estar dos idosos, pois é onde encontram apoio e intimidade para as diferentes situações com que se deparam, relações, essas que sustentam um espaço de pertencimento com os familiares.

Na atualidade, com as várias transformações na sociedade, na estruturação das famílias e os desafios enfrentados diante ao envelhecimento a família, continua sendo um local de extrema importância para nutrir afetos e proteção aos idosos (ARAÚJO, 2010). Com isso, os vínculos que os idosos estabelecem, seja pelo grupo familiar, e/ou por amizades na comunidade onde moram, proporcionam uma sensação de pertencimento e, esse fator, tem sido reconhecido como aspecto fundamental para um envelhecimento com qualidade de vida

Como menciona Meister (2003), os vínculos são estabelecidos através das relações junto às demais pessoas e sobre as diferentes realidades nas quais estas encontram-se inseridas. O termo “vínculo” é derivado da palavra latina vincire (MEISTER, 2003) e diz respeito à importância dos vínculos para os seres humanos. A fragilização ou rompimento desses vínculos, principalmente os familiares, em grande parte das vezes, acontecem bem antes de ocorrer a institucionalização em

ILPIs. Caldas (2002, p.51) afirma que “a família e os amigos são a primeira fonte de cuidado para com os idosos.

Assim, como pontua Fraiman (1995), o desejável é que as famílias amparem seus idosos, principalmente em fases de carência e de enfermidade, sendo de fundamental importância que propicie uma acolhida saudável, para que proporcione uma boa qualidade de vida ao idoso.

Para alguns dos idosos, ingressar em uma instituição “significa uma ruptura com uma comunidade e a adoção de outra” (CAMARANO, 2007, p.182), o que, como complementa Lemos (2005), comumente ocorre com a ruptura dos vínculos afetivos familiares e requer a construção de novos vínculos com pessoas que, em princípio, lhe são desconhecidas.

Mesmo que a adaptação à instituição seja bastante delicada, Lemos (2005) afirma que o processo de integração do idoso à instituição pode ser amenizada consideravelmente se forem mantidas as relações com o que o autor chama de “mundo exterior”, ou seja, com a sua família e os seus amigos. Segundo o autor, a presença constante das pessoas que compõem seus círculos familiares e social afasta o sentimento de solidão por parte do idoso e contribui para evitar o isolamento, tendo uma melhor adaptação a sua nova realidade.

Fonseca (2005) reitera que a qualidade de vida dos idosos institucionalizados depende, além de um bom acolhimento, do convívio junto às pessoas que lhes são próximas, como familiares e amigos, a fim de evitar a solidão e/ou isolamento devido ao afastamento dessas pessoas. Segundo esse autor, os laços afetivos são de suma importância para os idosos, principalmente os que se encontram institucionalizados, assim quando a família é pouco participativa, não visita o idoso com frequência, demora em atender às solicitações tanto do idoso quanto da instituição sua adaptação ao seu novo ambiente torna-se mais difícil, causando muitas vezes a não adaptação do idoso a instituição.

A família continua sendo o centro da vida dos idosos, mesmo quando esses são institucionalizados, como colocam Bastiani e Santos (2000), ou seja, é a família que transmite ao idoso o sentimento de ser amado, de ser aceito e também o incentivo para continuidade de suas expectativas positivas. Como resumem Coutinho e Saldanha (2006), o papel da família é fundamental para que o idoso se sinta amparado e a perda desses laços por vezes aumenta inclusive a limitação das suas capacidades físicas e mental, principalmente, considerando que o sentimento de abandono é um

dos pontos que mais contribui para a depressão e os problemas de saúde dos idosos, demonstrando assim a necessidade de se manter os vínculos familiares.

Reconhecendo a importância da continuidade dos vínculos familiares e sociais dos idosos institucionalizados, é primordial incentivar e intervir, criando assim, condições favoráveis de estímulos na organização de grupos junto as famílias e amigos, com intuito de motivar a troca de ideias e de pertencimento desses idosos institucionalizados, tornando sua existência mais proveitosa. Frequentar um grupo, para Ferraz e Peixoto (1997), significa ter um espaço onde se possam compartilhar afetos e essa troca se reflete no relacionamento com a família e na disposição física dos idosos

A partir disso, trazendo para a realidade do Lar Vila Itagiba, segundo relata a assistente social Luciana Mativi, a continuidade dos vínculos familiares após a institucionalização, muitas vezes são progressivamente rompidos, sendo que, de alguns internos não se consegue registro de informações sobre os integrantes de sua família, havendo a necessidade de se criar estratégias que promovam o fortalecimento dos vínculos e das relações sociais dentro da instituição.

Sendo assim, no estágio curricular, a acadêmica de Serviço Social e a supervisora de campo, através da análise das demandas a respeito desses vínculos, constataram a necessidade de um projeto de intervenção que pudesse agregar na busca pela continuidade dos vínculos familiares e sociais junto aos idosos institucionalizados, assim elaborando e organizando grupos junto aos idosos e suas famílias, promovendo uma maior integração entre eles.

## **6 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO RESGATE DOS VINCULOS FAMILIARES DOS IDOSOS DO LAR ITAGIBA**

O processo de envelhecimento envolve uma série de alterações fisiológicas, morfológicas, bioquímicas e psicológicas que a partir dos avanços tecnológicos, científicos e da medicina tem contribuído no aumento da expectativa de vida, sendo um fenômeno mundial, consequência da diminuição da taxa de natalidade, mortalidade infantil, surgindo novos desafios no que diz respeito aos cuidados com os idosos, às responsabilidades do Estado, da sociedade e da família.



Além das consequências psicológicas, nessa passagem da juventude para a velhice, Zimerman (2000) aponta algumas mudanças do ponto de vista físico, que podem ser consideradas como “modificações externas” e “modificações internas”, em que, as modificações externas podem ser evidenciadas por aspectos como o enrugamento das bochechas; o aparecimento de flacidez e manchas escuras na pele; modificações na coluna; desgaste das vértebras, etc... Já as internas, compreende-se, como aquelas que provocam a redução do funcionamento dos órgãos internos em função do seu atrofiamento; menor eficiência do cérebro entre outros, ou seja, as características psicológicas do envelhecimento estão relacionadas com a própria história de vida do idoso, especialmente no que se refere ao seu “aparente equilíbrio”.

Como afirma Balbinotti (2007, p. 61), [...] as situações estressantes vivenciadas na entrada dessa fase (menopausa, aposentadoria, andropausa, perdas, lutos e outros) podem ser causadores do rompimento do equilíbrio, de modo que uma intensa angústia aguda gera um estado de descompensação, assim, as características psicológicas do envelhecimento, assim como as características físicas, possuem relação com as atitudes e a própria história de vida das pessoas.

Os aspectos sociais dizem respeito às mudanças nas relações do idoso com os diversos grupos sociais, seja na família, no trabalho ou na sociedade em geral, provocadas pelas alterações rápidas e drásticas, tornando a vida cada vez mais agitada e as condições econômicas cada vez mais difíceis. Considerando-se o aspecto social do idoso, Mediondo e Bulla (2003, p. 274) destacam que:

[...] observa-se que a duração de vida aumentou, mas não foram desenvolvidas ações efetivas, que garantam a qualidade de vida das pessoas idosas. É necessário construir novos significados para a velhice, dando maior destaque às possibilidades e potencialidades das pessoas que envelhecem. Esses novos significados precisam abranger as diferentes dimensões da velhice, ou seja, devem trazer à luz da sociedade, os ganhos na dimensão psicológica, na dimensão social, na dimensão espiritual, entre outras.

Considerando-se a realidade concreta do Brasil, é necessário que se levem em conta as correlações das forças sociais e as contradições do próprio sistema capitalista, reconhecendo que a concentração de renda vigente no País provoca efeitos em parcela significativa da população idosa, especialmente no que se refere aos aspectos econômicos. Nesse sentido, Rezende; Cavalcanti (2006, p. 163) alertam que, ao mesmo tempo em que se vivencia o aumento da expectativa de vida da população, grande parte dela não possui condições de viver de forma digna, devido a vários fatores, o que pode vir a influenciar as suas relações familiares e sociais. [...] a

população que chega a alcançar idade mais elevada encontra dificuldades de se adaptar às condições de vida atuais, pois, além das dificuldades físicas, psíquicas, sociais e culturais decorrentes do envelhecimento, sente-se relegada a plano secundário no mercado de trabalho, no seio da família e na sociedade em geral.

Além da questão econômica, destacam-se os aspectos culturais, que podem provocar a estigmatização do idoso, na medida em que, no modo de produção capitalista, somente há espaço para o novo, o jovem e o produtivo, ridicularizando e tudo aquilo que é velho, associando-se o idoso àquilo que é ultrapassado.

Outro elemento importante, que precisa ser considerado ao analisar-se o fenômeno do envelhecimento da população brasileira, relaciona-se com o papel que a família exerce na vida do idoso, que pode inclusive influenciar em sua postura perante essa fase da vida, bem como em suas relações sociais. A família, em geral, possui um papel de extrema importância na vida dos idosos, na medida em que a mesma pode ser constituída como o âmbito privilegiado para o processo de socialização dos indivíduos, embora não seja o único.

Nesse sentido, se a família pode ser considerada como unidade básica do processo de socialização, esse movimento pode ser apreendido através das relações intergeracionais, consideradas como essenciais para a análise do processo de transmissão de conteúdos que podem ser repetidos ou transformados, possibilitando uma melhor reflexão sobre os limites e possibilidades da família e de suas transformações. Como explica Carvalho (2002, p. 107), a família pode ser compreendida como uma organização social e, enquanto tal, “[...] é um campo de processo de alteridades, é campo para se pensar, também, o exercício da cidadania”.

Na constituição de 1988 em seu artigo 230 delega à família o “amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988). Em contrapartida, em alguns casos, o Estado não garante a subsistência dessas famílias, que se encontram vulneráveis socioeconomicamente, fragilizando, assim, o seu papel de provedora ao idoso que pertence a esse grupo familiar. No entanto, os vínculos sociais e emocionais se fazem necessários para assegurar uma estabilidade emocional deste idoso.

Nessa fase da vida, o ser, pode necessitar de auxílios e intervenções para a manutenção de seu bem-estar. Born (2008) afirma que a legislação brasileira dá

centralidade à família como espaço primordial de cuidado e proteção aos seus membros.

O papel da família é de fundamental importância para que o idoso envelheça com dignidade, pois ela é o suporte para o cuidado e garantia da qualidade de vida, e também para que tenha acesso aos direitos previstos no Estatuto do Idoso. Contudo, a diminuição das possibilidades do cuidado familiar, a vulnerabilidade social, o rompimento dos vínculos familiares, constituem algumas das principais razões para a institucionalização.

As dificuldades socioeconômicas e a falta de um familiar cuidador têm gerado grandes desafios tanto para o idoso como para sua família, o que reduz a perspectiva de uma pessoa idosa residir em um ambiente familiar, trazendo a necessidade pelas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

Segundo Leme (2002), a família é um grupo fundamental ao qual o idoso deve permanecer vinculado, mesmo residindo em Instituições de Longa Permanência (ILPI), pois, alguns estudos da sociologia da família chegaram a uma suposição geral de que os relacionamentos familiares estão associados ao bem estar psicossocial do idoso e da própria família, uma vez que a base e a raiz da estrutura social continua sendo a família.

As Instituições de Longa Permanência para Idosos são locais de acolhimento em regime integral, previstas na proteção social especial de alta complexidade, para atender idosos em situação de abandono ou negligência, suspensão temporária ou rompimento de vínculos familiares e comunitários.

O Lar Vila Itagiba, é uma entidade que presta serviço de Proteção Social de Alta Complexidade e tem por finalidade prestar atendimento à pessoa idosa, em vulnerabilidade social, com diferentes graus de dependência física e déficits cognitivos, satisfazendo as necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, higiene, lazer, convivência social e comunitária, conforme estabelecido no Estatuto do Idoso. O atendimento está pautado na Política Nacional do Idoso visando sempre garantir atendimento integral aos idosos e o público-alvo atendido na instituição é do sexo masculino, oriundos do Município de Santa Maria e região. Encontram-se entre as principais causas de institucionalização: Rompimento dos vínculos familiares, associados às dificuldades financeiras e problemas de saúde.

Mesmo havendo a necessidade de institucionalizar o idoso, deve-se dar continuidade aos vínculos familiares, muitas vezes rompidos ao longo do tempo, nesta

perspectiva, dentro das instituições o Serviço Social tem o papel de atuar no sentido de promover o fortalecimento desses vínculos e a partir desse contexto é que se deu a necessidade deste projeto de intervenção. Através do acolhimento ao idoso que ingressa na instituição, que pressupõe uma conversa e escuta sensível sobre suas relações familiares, desenvolvendo atividades de integração social direcionadas ao fortalecimento e retomada dos vínculos sociais e familiares.

Com isso, percebeu-se a necessidade da realização de encontros e conversas mais informais com as famílias dos idosos, abordando temáticas referentes à instituição e o cotidiano do idoso, direitos sociais e a importância de se manter os vínculos familiares para que esses idosos, mesmo estando institucionalizados continuem se sentindo parte da família e possam ter uma boa adaptação no lar.

O desenvolvimento de atividades em grupo tem importância significativa no sentido de promover o fortalecimento dos vínculos e das relações sociais dentro da instituição. A abordagem em grupos, como uma das estratégias, torna-se um espaço que possibilita a compreensão acerca de suas relações sociais e familiares, permitindo também a integração de forma coletiva entre os idosos na instituição. Sendo que, o desenvolvimento de atividades em grupo, são de suma importância no sentido de promover o fortalecimento dos vínculos sociais e de interação dentro da instituição, pois se torna uma oportunidade de interagir socialmente, o que é fundamental para que o idoso conquiste redes de apoio social e melhor qualidade de vida.

A relação do assistente social com o trabalho com grupos vem perpassando a história do Serviço Social no Brasil, como escreve Moreira (2013, p. 11), pois:

O trabalho com grupos é uma prática inerente à cultura profissional do assistente social e está presente no trabalho de campo desde seus primórdios. Mesmo após todas as mudanças pelas quais o Serviço Social brasileiro experimentou - em especial com o Movimento de Reconceituação

- este instrumento permanece ocupando um importante lugar no arsenal técnico-operativo de seus profissionais. Muitas são as formas de se explorar a dimensão político-pedagógica do assistente social durante um trabalho grupal.

Já na década de 1990, o Serviço Social com grupos é parte integrante da Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, com o seguinte texto:

Artigo 4º. Constituem competências do Assistente Social: [...] III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos [...].

No mundo contemporâneo, o Serviço Social é chamado a contribuir no enfrentamento à questão social, preparando-se para tanto. Os novos rumos ético políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos (dentre estes o trabalho com grupos) sintetizam o alinhamento da profissão com a realidade social, em que a permanente sintonia e qualificação profissional são exigências da realidade social.

Sobre este aspecto, lamamoto (1998, p. 49) escreve que:

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo, também, par moldar os rumos de sua história.

Enfim, o/a assistente social tem o desafio cotidiano de acionar diferentes instrumentais de trabalho, entre eles o trabalho com grupos, alinhando-se às demandas da realidade social devidamente integrado com os sujeitos (indivíduos e grupos), com os quais interage profissionalmente.

São desafios do Serviço Social brasileiro que devem alinhar-se com os princípios fundamentais do Código de Ética, pois é a partir deles que ocorre a constituição das orientações para a ação profissional, no sentido que reflete Marilda lamamoto (2001, p. 78):

Os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria. Então ele não pode ser um documento que se 'guarda na gaveta': é necessário dar-lhe vida por meio dos sujeitos que, internalizando seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano.

Essa sintonia profissional exige a permanente formação e/ou qualificação, fundamentando o caráter crítico reflexivo e a proposição das ações que envolvem a intervenção do/a assistente social, como determina o Código de ética profissional do/a assistente social (1993), entre seus princípios fundamentais: compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Especificamente em relação aos idosos, a atividade de natureza grupal assume importância relevante, como afirmam Dalmolin, et al (2011). Zimerman D. (2000, p. 98) ratifica, "no que concerne às pessoas idosas, os encontros grupais têm importância significativa no sentido de promover a reconstrução de sua identidade, que pode estar comprometida, e propiciar o resgate de vínculos com familiares."

O projeto de intervenção em questão, foi desenvolvido no Lar Vila Itagiba no período de Março a Junho de 2019, tendo como público-alvo, idosos que ingressaram no lar, a partir do decorrente ano, acolhidos pelo Serviço Social no período de estágio curricular da acadêmica, em que as estratégias de intervenção para fortalecimento dos vínculos sociais e familiares foram de reflexões com as famílias já no acolhimento ao idoso, também em seu período de adaptação e no encontro semestral com os familiares.

Este projeto teve por objetivo, organizar encontros com familiares dos idosos institucionalizados, onde foi possível ser realizado pela estagiária um encontro ao qual foi debatido temas a respeito da institucionalização, o fortalecimento dos vínculos, propondo reflexões com os familiares sobre a manutenção e a importância da continuidade dos vínculos familiares e sociais, além do atendimento aos idosos que ingressaram na instituição, realizando acompanhamento no seu período de adaptação.

Foi realizado também, um trabalho de busca ativa junto aos familiares e amigos para que compareçam aos encontros semestrais que são preparados nas dependências do lar com intuito de aproximar ou reaproximar essas famílias, desenvolvendo as atividades em grupo e assim proporcionando alternativas que possam fortalecer os vínculos sociais e familiares para uma melhor qualidade de vida dos idosos na instituição.

Considerando a função protetiva que a família deve desempenhar e o apoio que ela pode necessitar dos profissionais da instituição foram feitas reflexões no acolhimento do idoso, sobre os vínculos familiares e sua importância para a manutenção da vida social dos mesmos. Como uma das estratégias, procurou-se identificar as principais causas do rompimento familiar, analisando as particularidades da família e a sua realidade e, com isso, buscar fazer um trabalho de conscientização e resgate para evitar o abandono ao idoso institucionalizado.

Para pôr em prática o projeto de intervenção foi realizado um encontro com atividades e dinâmicas em grupo com as famílias dos idosos, para o fortalecimento e

o reconhecimento da importância deles se fazer presente nos encontros semestrais existentes na instituição, promovidos pelo Serviço Social.

Esse evento foi realizado no sábado, após dialogar com a assistente social, que conhece a rotina familiar dos idosos, sendo o dia mais apropriado para que comparecessem. Para a realização desta atividade em grupo foi efetuado, primeiramente, o contato via telefone com as famílias, convidando a participar do encontro, explicando a importância de sua presença diante ao idoso e também para a instituição.

A metodologia de intervenção foi a utilização de dinâmica, sendo um grupo reflexivo, possibilitou uma conversa mais informal com o objetivo de impulsionar um diálogo sobre o fortalecimento dos vínculos familiares, sociais e da rede interna institucional, assim proporcionando que os familiares se identificassem melhor com a instituição, percebendo sua real importância no bem-estar dos idosos institucionalizados.

Este projeto foi posto em prática pela estagiária de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, juntamente com a coordenadora geral do Lar, não sendo possível a presença da assistente social, devido ao dia ser compatível com suas aulas de mestrado ao qual realiza fora da cidade de Santa Maria, sendo que, os recursos materiais para realização do mesmo, como telefone para as ligações, cadeiras para organização do grupo e espaço físico foi fornecido pela instituição, não tendo que dispor de recursos financeiros extras, já que todos os materiais estavam disponíveis no lar.

Ao final do projeto foi avaliado pela estagiária e a assistente social através de uma reunião entre as mesmas e a coordenação do lar, onde foi analisado que houve um crescimento na participação das famílias no acompanhamento aos idosos, observando a relevância de se fazerem presentes no cotidiano desses idosos e sua melhor convivência dentro do lar.

## 6.1 RELATOS SOBRE A PRÁTICA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

No dia 14 de junho de 2019, no período da tarde, foi realizado o encontro com as famílias dos idosos institucionalizados no Lar Vila Itagiba, com intuito de fortalecer os vínculos familiares e oportunizar uma tarde agradável junto aos amigos, filhos,

netos para que, mesmo vivendo em um lar continuem se sentindo parte importante da família e para a sociedade.

Este encontro foi realizado pela acadêmica em Serviço Social da UFSM, Tatiane Razera, em conjunto com a coordenadora da instituição, a Irmã Sirlei, e demais funcionários e voluntários. Encontro este, que já existe semestralmente, realizado pela assistente social, para repasses das informações necessárias referentes aos moradores e principalmente um maior contato entre as famílias, os idosos e a instituição.

A acadêmica ao iniciar o estágio curricular obrigatório, sendo inserida ao campo de estágio, faz uma leitura da realidade social, tanto da instituição quanto do público atendido e através desta produz o projeto de intervenção, necessário para sua avaliação, sendo este, um instrumento de grande importância para dar visibilidade ao fazer profissional, devendo estar conectado com o projeto ético político da profissão a partir de sua concepção teórico metodológica e considerando o levantamento das demandas e as ações de enfrentamento propostas o projeto determinará o instrumental técnico-operativo a ser utilizado.

Assim, a partir da análise feita em conjunto, observou-se a necessidade de realizar um trabalho em relação ao resgate e fortalecimento dos vínculos familiares, muitas vezes quase inexistentes, por motivos diversos que, ao longo do estágio e trabalho vai se reconhecendo.

A estagiaria, inicialmente produziu uma lista de contatos, para agilizar as ligações convidando os familiares para estarem no encontro, buscando os contatos nas fichas de arquivo dos idosos institucionalizados. No dia 11 de junho de 2019 foram feitas as ligações convidando a participar, já demonstrando a importância de sua presença principalmente para o idoso institucionalizado. Pensando na organização do evento, para que fosse uma tarde alegre, diferente e que pudesse ser o mais acolhedor possível para todos, a estagiaria convidou o grupo de Idosos Santa Marta, para fazer uma apresentação de dança, o grupo Coral dos jovens da Escola João Pedro Menna Barreto e a convite da assistente social o senhor Quintana, familiar de um casal que ingressou a pouco no lar, e de forma voluntária levou sua música para alegrar a tarde dos idosos e seus familiares.

No dia do evento, foi organizado no espaço de convivência coletiva da ala do ambulatório do lar para que todos pudessem se sentir à vontade. Compareceram



muitos familiares o que proporcionou grande alegria aos idosos residentes no lar. Irmã Sirlei, coordenadora, deu início ao encontro, explicando que o mesmo seria realizado pela estagiaria, que ao iniciar sua fala, apresentou-se, dando uma breve explicação sobre o estágio, o projeto de intervenção, os objetivos e a forma que seria realizado. Após anunciou o grupo de danças Idosos Santa Marta que se apresentou primeiro pois tinham compromisso a noite e mesmo assim não deixaram de comparecer, dizendo que se sentiram muito felizes com o convite e sempre que o Lar convidar estarão presentes para levar música, dança e alegria aos idosos e suas famílias. Após apresentação e agradecimentos se retiraram e a estagiaria deu continuidade através de uma conversa mais informal, devido a quantidade de pessoas que estavam presentes para que não se tornasse um encontro maçante e cansativo,

Foi conversado a respeito dos vínculos familiares, a importância desses vínculos, deles estarem presentes na vida dos idosos institucionalizados, tanto para que se sintam parte da família, quanto para melhor adaptação deste idoso no lar, pois eles, ao saber que seus familiares irão visita-los, sentindo sua presença passam a viver com mais tranquilidade neste local que até então é estranho a eles, diferente de estar em casa, pois existem regras, necessárias a convivência coletiva, como horário para banho, alimentação entre outros.

Dando continuidade, foi perguntado a todos os presentes o que significa família para eles, e aleatoriamente foram respondendo, que é a “base, amor, respeito, dedicação, pertencimento”, então a estagiária comentou que a família, sendo a base de tudo traz consigo todos esses sentidos e sentimentos. Foi falado também a respeito dos vínculos que muitas vezes não existem, por vários motivos, inclusive pela falta de convivência, pelo afastamento, às vezes, de quase uma vida toda, mas que, ao chegar até eles novamente, por mais difícil que seja, fazer uma tentativa de reencontro, de um recomeço, de uma nova forma de convivência para que o idoso possa se sentir de certa forma acolhido, levando em consideração os limites de cada um.

Alguns familiares falaram, demonstraram interesse em estar presentes sempre que possível junto aos seus idosos, agradeceram pela acolhida neste dia. Os idosos residentes no Lar, também relataram que se sentem bem cuidados e amparados pelos funcionários e voluntários da instituição. Assim demonstrou-se que os vínculos familiares são as raízes que nos sustentam contra as adversidades da vida sendo assim necessário o resgate e a continuidade para seguir em frente, essencialmente

em relação aos idosos que por inúmeros motivos precisam ser institucionalizados, mas que também precisam se sentir pertencentes às suas famílias.

Logo após essa conversa foi chamado o grupo coral que fez sua apresentação de músicas, e foi se encerrando a conversa com agradecimentos da estagiária aos participantes, familiares, idosos, agradecendo o apoio dos funcionários e voluntários que ajudaram na organização, a coordenadora, a assistente social que mesmo não estando presente a acolheu com muita presteza em seu tempo de estágio na instituição. Irmã Sirlei, finalizou agradecendo a todos, convidando para o lanche que todos trouxeram para partilhar juntos e o senhor Quintana iniciou sua música para alegrar o final da tarde de todos.

No dia de estágio após o evento com as famílias foi realizado uma avaliação com a acadêmica, a coordenadora geral do lar e a Assistente Social, analisando que foi um encontro bastante produtivo já que compareceram muitas pessoas e teve uma integração entre os funcionários, famílias e os idosos, onde puderam falar a respeito da institucionalização, de como se sentem e também uma maior aproximação entre eles, cumprindo com o objetivo do projeto de resgatar os vínculos para que os idosos se sintam acolhidos e tenham uma melhor adaptação junto ao lar.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das considerações apresentadas neste trabalho, constatou-se na literatura revisada que o aumento da expectativa de vida representa uma conquista que deve ser comemorada, porém, há um grande desafio que se apresenta perante o envelhecimento, que é alcançar uma maior expectativa de vida acompanhada de uma vivência com qualidade, pois essa longevidade deve ser plena de significado e dignidade e não representar o isolamento do idoso (FREITAS, 2004). Com uma sociedade em constante envelhecimento é de suma importância a ampliação dos estudos e referenciais que deem visibilidade a essa questão na perspectiva de discutir formas de sensibilizar o poder público, a sociedade e a família quanto à sua responsabilidade em garantir o direito à vida com dignidade e bem-estar. Analisando o contexto histórico diante ao envelhecimento da população no Brasil, pode-se perceber que ganhou algum espaço na agenda das políticas públicas, sendo criadas leis que ampare esse seguimento.

Os direitos dos idosos já se encontram estabelecidos no sistema legal desde a Constituição Federal de 1988, em que permitia ao idoso ter proteção do Estado, da sociedade e da família, tendo sua dignidade resguardada e a proteção às suas necessidades específicas. Preceitos esses que foram reafirmados na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e reforçados na Política Nacional do Idoso - PNI e no Estatuto do Idoso. Esses instrumentos normativos, ainda que não sejam suficientes para solucionar toda a problemática do idoso no Brasil, representam um avanço considerável em relação ao tratamento legislativo frente a essa população.

Com isso, percebeu-se os avanços na garantia dos direitos da pessoa idosa, no entanto, os desafios frente à atual mudança no perfil demográfico brasileiro com um crescimento acelerado no número de idosos, se evidencia a necessidade de um cuidado redobrado frente as demandas que essa população apresenta. Tanto nas dificuldades enfrentadas pelas famílias, devido as mudanças estruturais, sejam econômicas ou sociais, que muitas vezes não conseguem suprir as necessidades desses idosos junto ao meio familiar, levando assim, a institucionalização dos mesmos junto as Instituições de Longa Permanência de Idosos e conseqüentemente ao rompimento dos vínculos familiares.

O presente trabalho pautou-se no direito a convivência social e familiar do idoso, na perspectiva de analisar a questão dos vínculos familiares diante a institucionalização dos idosos, a importância da família tanto em relação a garantia dos direitos assegurados em lei como na adaptação do idoso em sua nova rotina de vida, as mudanças, sofridas e o sentimento de pertencimento em relação a sua identidade no meio familiar, melhoria da qualidade de vida e redefinição de seu lugar na sociedade.

Contudo, deve-se ter um olhar de maior conscientização da família e da sociedade no tratamento da questão do envelhecimento, considerando a importância de ajustar a sociedade ao convívio e acolhimento dos idosos, com intuito de garantir-lhes uma melhor qualidade de vida. Como consta na Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994), o envelhecimento populacional não diz respeito apenas à pessoa idosa, mas a toda a sociedade, ao modo como está se organiza em relação a este segmento populacional. Em relação a interação social, os grupos de convivência são de grande relevância pois proporcionam ao idoso, envelhecer evitando o isolamento e promovendo a socialização entre idosos e suas famílias.

No caso dos idosos institucionalizados no Lar Vila Itagiba, através de estratégias elaboradas pelo Serviço Social, como os grupos junto aos familiares se constitui como uma ação muito expressiva no tratamento com idoso, proporcionando encontros de integração no resgate e fortalecimento dos vínculos familiares e sociais para que se sintam pertencentes ao seu meio familiar e possam ter uma melhor qualidade de vida e de adaptação.

Essa fase natural da vida tem suas características próprias e também coisas boas a serem aproveitadas, como por exemplo, o conhecimento e a experiência acumulada ao longo do tempo, que trazem para a pessoa idosa a capacidade de enfrentar situações do cotidiano com sabedoria e equilíbrio, com isso, se percebe a importância de valorizar a sabedoria, como um aspecto positivo do envelhecimento.

Por fim, é necessário esclarecer que a convivência familiar deve ser analisada como um direito do idoso e não uma obrigação a que está sujeito, já que impor à convivência, sem convencer da necessidade e importância disto, pode resultar em consequências desastrosas. Assim o trabalho do Serviço Social nessas instituições, através de seus princípios e atribuições visa intervir de forma a sensibilizar a família e a sociedade frente as demandas dos idosos institucionalizados, buscando através de estratégias, como trabalhos em grupo, acolhimento dos idosos e suas famílias, rodas de conversa para que não seja uma convivência forçada e que possa, de fato, fortalecer os vínculos familiares, tendo assim uma melhor adaptação e qualidade de vida no seu novo cotidiano. Além de ser um profissional de grande relevância pelo seu trabalho na captação de recursos a partir de projetos sociais que são lançados por grandes empresas e advindos da Justiça Federal, Fundo Municipal e Nacional de Assistência Social, frente as dificuldades enfrentadas pelas instituições para manter todas as necessidades de seus residentes.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANTÁRIA (ANVISA). RDC nº 283/05. **Regulamento técnico para o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos.** Brasília, 2005. Disponível em <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283\\_26\\_09\\_2005.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html)> Acesso em: 03 jun. 2019.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos Institucionalizados e Família: entre abafos e desabafos.** Campinas. Alínea, 2004 (Coleção Velhice e Sociedade).

AMÂNCIO, Lígia (1998), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento

ANTUNES, M.H. & Moré, C. L. O. O., Família, trabalho e aposentadoria: Uma revisão da produção científica no cenário brasileiro. **Contextos Clínicos**, 2014, p 145-154.

BALBINOTTI, Helena Beatriz Finimundi. A vida a partir dos 40 anos. **Conflitos, desafios e reconstruções.** São Borja: Conceito, 2007.

BASTIANI, F.; SANTOS, I. S. **Sentimentos despertados nos idosos internados em casas asilares.** *Disciplinarum Scientia Série: Ciência Biologia e da Saúde*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 113-124, 2000.

BEAUVOIR, S. **A velhice.** Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Atualizada em 2008.

BRASIL. Legislação Federal de Estágio. **Lei de estágios, N° 11.788 de 25 de Setembro de 2008.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm) >. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Lei Federal 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso.** Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso** e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**, Lei nº 8.742 de 07 de Setembro de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: PNAS, 2004. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 03jun2018.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: PNAS, 2004. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social, **(LOAS), nº 8.742 de 07 de Setembro de 1993**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm)> Acesso em: 03 de nov. 2018.

BRUNNER; SUDDARTH. **Tratado de enfermagem medico cirúrgica**. 9. ed., V.1. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Revista Textos e Contextos**, Ano 2, 2003. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano\\_2/relacoes\\_sociais.pdf](http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano_2/relacoes_sociais.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

CALASANTI, Toni (2009). «Theorizing Feminist Gerontology, Sexuality, and Beyond: An Intersectional Approach», in Vern L. Bengtson *et al.* (ed.), *Handbook of Theories of Aging*. Nova Iorque, Springer, pp. 471-486.

CALDAS, C. P. O idoso em processo demencial: o impacto na família. In: Antropologia, Saúde e Envelhecimento (M. C. S. Minayo & C. Coimbra Jr., org.), pp. 51-71, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

CALDEIRA. **Socioterapia na Velhice**. Lisboa: Edições Ciba Geigy, 1978. Agostinho, Paula Perspectiva psicossomática do envelhecimento Revista Portuguesa de Psicossomática, vol. 6, núm. 1, janeiro-junho, 2004, pp. 31-36 Sociedade Portuguesa de Psicossomática Porto, Portugal

CAMARANO, A.A, Kanso, S. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da População**. Vol.27. nº1 São Paulo. Jan/Jun2010. Disponível em: >[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010230982010000100014&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010230982010000100014&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em 05set.2018

CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 472-475.

CEDAW (2010), *General recommendation No. 27 on older women and protection of their human rights*, Sessão 27, 4-22 Outubro de 2010.

CIG (2010), *Igualdade de Género em Portugal*, Lisboa, CIG (comissão para a cidadania e igualdade de género).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

CLOS,M,B. **Recusa, conformidade e libertação**: considerações sobre o processos de adaptação de idosos em uma instituição de longa permanência para idosos. 2010.111. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DALMOLIN, Indiara Sartori. et al. A importância dos grupos de convivência como instrumento para a inserção social de idosos. **Revista Contexto e Saúde**. V. 11, n. 20. Rio Grande do Sul, 2011.

FERNANDES, Idília. A Dialética dos grupos e das relações cotidianas In: GUIMARÃES, Gleny Duro (org.). **Aspectos da Teoria do Cotidiano**: Agnes Heler em Perspectiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

Fonseca, A. M. et al. (2005). **Desenvolvimento humano e envelhecimento**. Lisboa: Climepsi Editores

GERÔNIMO, L.L. **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE NA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS**: Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten e no Bairro Itacorubi (Florianópolis/SC) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. Ed. São Paulo, 2007  
GROSSI, P.; SANTOS, A. M.; SANTOS, F. K. Marcas das gerações na construção da identidade. In: **Investindo no Envelhecimento Saudável**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GOLDANI, Ana Maria (1999), «Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de género», in Ana A. Camarano (org.), **Muito além dos sessenta. Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro, IPEA, pp. 75-114.

GUERRA, Y. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade** nº 91. São Paulo: Cortez, 2007

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. Marilda Vilela IAMAMOTO. 24 ed – São Paulo. Cortez, 2013.

IAMAMOTO, a. E Diogo, m. J. D. (2002). **Os idosos e as instituições asilares do município de campinas**. Rev. Latino-am. Enfermagem, v. 10, n. 5.

KARSCH, U. M. "Idosos dependentes: famílias e cuidadores", in **Cadernos de Saúde Pública**, Vol.19, n. 3, Rio de Janeiro, 2013.

Lemos, M. (Coord.) (2005). **As Misericórdias Portuguesas na Assistência aos Idosos**. Observatório de Idosos e Grandes Dependentes, União das Misericórdias Portuguesas. Lisboa: Fundação Oriente.

LIMA, E. A. A família em questão. In: **A proteção social no âmbito da família: um estudo sobre famílias do bairro Monte Cristo em Florianópolis**. Dissertação de mestrado (Serviço Social). UFSC, 2005.

MARX, Karl. **O capital**. Vol 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEISTER, José Antônio Fracalossi. As vinculações e a satisfação do Viver. In: DORNELLES, Beatriz; COSTA, Gilberto José Corrêa (Orgs.). **Investindo no envelhecimento saudável**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de Atendimento Social**: uma ação possível? Uberlândia: 2009. p. 147-165. Disponível em: Acesso em: 25 de novembro de 2018.  
OLIVEIRA, Jairo da Luz. **Tópicos Especiais em Serviço Social I**: Gerontologia Social. Canoas: Ed. Ulbra, 2011.

OLIVEIRA, Jairo da Luz; SANGHI, Simone da Fonseca. **Fundamentos da vida social**. Canoas. Ed. ULBRA, 2008.

PEDUZZI M; Leonello VM; Ciampone MHT. **Trabalho em Equipe e Prática Colaborativa**. In: Paulina Kurcgant. (Org.). Gerenciamento em Enfermagem. 3a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016, p. 103-114. TRABALHO EM EQUIPE E PRÁTICA COLABORATIVA

PINTOS, Cláudio C. Garcia. **A Família e a Terceira Idade**. Orientações Psicogerontológicas. São Paulo: Paulinas, 1997.



POLLO, S.H.L.; ASSIS, M. Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIS: desafios e alternativas no Município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v11, n.1, p.29-44, 2008.

REZENDE, I.; CAVALCANTI, L.F. (orgs.). **Serviço Social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, Velhice e Classes Sociais**. Maceió: EDEUFAL, 2007.

SILVA, KR, Dal Prá. **Envelhecimento populacional no Brasil: o lugar das famílias na proteção aos idosos**. Vitória (ES), **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2014.

SOUSA, Maria Ribeiro de artigo intitulado, **“ABANDONO E PERDA DE VÍNCULOS FAMILIARES ENTRE IDOSOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA (ILPI) NO DISTRITO FEDERAL”**. (2012)

SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 21-30.

SNYDER, Nelly e Wong, Rebeca (2007), **«Género y pobreza: determinantes de la salud en la vejes»**, *Salud pública de México*, 49, 4, pp. 516 – 521.

TEIXEIRA, S.M **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo; Cortez, 2008

TRABALHO em equipe multiprofissional. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/trabalho-emequipe-multiprofissional/25870>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

TRIADÓ, C; VILLAR, F. (Org.). **Psicología de la vejez**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

TUMELERO, Silvana Marta; BERTELLI, Edilane; NECKEL, Vanessa; LAZARIN, Sabrina Mello. **Concepções, Proposições e Limites do Trabalho em Redes nas Políticas Sociais**. In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2010. p 3.

VILA ITAGIBA, **Histórico do Lair Vila Itagiba**, Santa Maria, 2014. Trabalho não publicado.

ZIMERMAN, Guitte I. Grupos com Idosos. In: ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ZIMERMAN, david. **fundamentos básicos das grupoterapias**. 2. ed. porto alegre:  
artmed editora, 2000.